

# **PT** BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

## Um projeto para o Brasil

O PT quer apresentar um projeto para o país. Esse projeto deverá conter propostas alternativas que sirvam à disputa de hegemonia no período próximo, como também servirá de base para um plano de governo em 1994. O debate está aberto. Nesta edição, Markus Sokol e um grupo de economistas do PT apresentam suas contribuições.

Páginas 7 e 8.



Foto: Paulo Terraco

# O lugar do PT é na rua

Chega de apatia. O lugar do PT é nas ruas, animando a oposição ao governo Collor, mostrando à população que há saídas para a crise. O Diretório Nacional aprovou a realização de uma campanha nacional de mobilização. É hora de retomar as praças. Página 5

## DN debate privatizações

O "não à privatização" é uma posição conservadora? Podemos concordar com a verdadeira doação que Collor propõe para as estatais? O debate sobre as privatizações está pegando fogo. No PT, duas visões sobre o assunto marcaram a reunião do DN de nove e dez de agosto. Os artigos de Jorge Bittar e Wladimir Palmeira reproduzem uma discussão que ainda tem muito caminho pela frente. Páginas 6 e 7.

## *Petistas paraenses na mira do latifúndio*

Página 19

## Saiu o jornal do PT

O tão esperado jornal do PT já é uma realidade e chega com o compromisso de resgatar a melhor tradição da imprensa alternativa brasileira. Saiu o número zero de **Brasil Agora**. Conheça o projeto na entrevista com Rui Falcão, editor de **Brasil Agora**. Página 9.

## Desenhos Animados Alternativos (dica para pais e militantes)

Os desenhos animados da Ipê Amarelo são uma ótima opção para as famílias daqueles companheiros, que, mostrando o indispensável zelo com a formação de seus filhos, já não aguentam mais a ditadura do "Padrão Global" que infesta todas as grandes redes de televisão com seus "He-Man", "She-Ha", "Tartarugas Ninjas", etc.

Salvo a possibilidade de aparecerem esporadicamente nas TVs estatais (TVE, Cultura, etc) a única opção de acesso a esses desenhos animados é em vídeo-locadoras ou encomendá-los pelo tel. 0242- 21-1167.

Claro que a maioria dos militantes - como a esmagadora maioria dos brasileiros - não tem vídeo cassete, que ainda é um bem de consumo de luxo.

No entanto, muitas instâncias do PT têm condições de adquirir um vídeo cassete e colocá-lo à disposição das atividades culturais do partido. Sem excluir a possibilidade de que os companheiros menos desafortunados coloquem seus vídeos cassetes à disposição das atividades culturais comunitárias, desfrutando-se coletivamente desses excepcionais desenhos animados, que estão gravados em 7 fitas e são recomendados para crianças de zero a cem anos.

Trata-se de desenhos de curta

duração; a maioria deles é produção conjunta Tchecoslováquia-EUA e todos com o handicap de terem sido agraciados com vários prêmios em diferentes festivais pelo mundo afora.

É preciso ver para crer, por exemplo, o desenho checo "Dá um sorriso prá tia": simples, gracioso, encantador, com um fantástico efeito lúdico. Nenhum dos desenhos estimula emoções violentas, pieguice, individualismo, egoísmo ou faz apologia da trapaça e da esperteza para enganar o próximo (o que é comum em desenhos tipo "Coelho Pernalonga). Implicitamente, alguns transmitem mensagens anti-racistas e pacifistas, como é o caso do desenho "Ao Rufar dos Tambores", onde o canhão vira ninho de passarinho. Ou no conto "O Baú das Histórias", um conto africano, onde o feiticeiro da tribo, o velho Anance, consegue atender os pedidos do deus Niane, que queria, como condição para dar-lhe o "baú das histórias", que Anance o levasse o leopardo Ozebu (o leopardo de dentes terríveis), Umboru (marimbondo que pica como fogo) e Moacha, a fada que nenhum homem viu.

Mas não há nessas fitas somente desenhos animados. Há o filme "A longa Viagem para Casa", onde um ursinho de pelúcia, exposto para venda em uma loja, faz um monte de peripécias para encontrar um lar. Deve-se ressaltar em todas essas fitas o fundo musical (Vivaldi, Dvorak, Mozart, etc.), o traço sutil do desenho, a pureza dos temas, a harmonia das dublagens e a perfeita combinação entre os aspectos educativo e lúdico das fitas. Tudo isso credencia esses desenhos que, inclusive já foram recomendados pela Revista da SBPC,

"Ciências Hoje, das Crianças".

Há que torná-los acessíveis para os militantes e para as bases partidárias, num esforço que deve também abarcar as nossas Prefeituras, por se tratar de excelente material para o trabalho junto aos bairros e ao movimento popular

Afonso Magalhães  
Brasília- DF

## Reforma Agrária

No momento em que, com muita justiça, prioriza-se no PT ampla mobilização pela reforma agrária, entendo como justo e acima de tudo, ético, que o PT questione determinados fatores que estão contidos neste polêmico tema, a saber:

1) Reforma agrária não se constitui apenas na pura e simples distribuição de terras, mas essencialmente, na implementação de condições aos assentados para que produzam, fornecendo-lhes maquinário adequado, baixos custos na aquisição de sementes, financiamentos bancários não espoliativos, entre outros, e, principalmente, uma fiscalização governamental em todos os assentamentos realizados, no sentido de verificar o nível de produção auferido;

2) Em decorrência do acima exposto, estabelecer cláusulas que impeçam os assentados de venderem as terras nas quais deverão produzir. Digo isto baseado em inúmeros acontecimentos ocorridos aqui no Rio Grande do Sul, nos quais, após 4 ou 5 anos de assentamento, os colonos vendem suas terras justamente pela falta de recursos governamentais, voltando à miséria das favelas periféricas da cidade. Isto para não falar nos mal-intencionados, aos quais não considero colonos, que usam os movimentos sem terra como forma suja de ganhar dinheiro, recebendo sua terra gratuitamente, e vendendo-a, depois, isso sucessivamente, em vários lugares, num círculo vicioso que em nada é correto e digno;

3) Exigir uma imediata legislação regulamentar em relação à Constituição Federal, considerando-se que é de responsabilidade exclusiva do governo federal a efetiva realização do plano de reforma agrária, responsabilidade esta, que vem sendo ilegalmente transferida aos governos estaduais, de forma que o não cumprimento desta atribuição por parte do executivo

federal implique no imediato acionamento de tal legislação no sentido de que o governo cumpra com aquilo que lhe diz respeito.

Entendo com o devido respeito, que para o PT, um partido que prepara-se para ser governo, há urgente necessidade de posicionar-se em relação a tais tópicos, sobre os quais, embora que resumidamente, gostaria de ver publicada a opinião do partido, se possível, como resposta a minha carta.

Aníbal da Rosa Gomes Filho  
Secretário Da Comissão  
Municipal provisória do PT  
Pinheiro Machado - RS

## Orgulho gay

A Secretaria de Movimentos Populares do PT-BA e o Grupo Gay da Bahia, em nome de dez outras organizações de homossexuais do Brasil, estão lançando a campanha nacional Rua 28 de Junho. O objetivo é que, no maior número possível de municípios brasileiros, as câmaras de vereadores dêem o nome de 28 de junho a logradouros públicos, em alusão ao dia internacional de luta da comunidade Gay internacional.

É importante a participação de todos os vereadores petistas nesta campanha: vamos apresentar, nos legislativos municipais onde estamos presentes, um projeto de lei criando o logradouro público 28 de Junho. Foi nesta data, em 1969, que os frequentadores do Bar Stonewall, em Nova Iorque, enfrentaram a repressão da polícia, que extorquia e humilhava os homossexuais, dando origem ao Dia Internacional do Orgulho Gay. A data é comemorada em cerca de 150 países.

Aqui na Bahia, o PT preza a amizade e a troca de experiências com o movimento homossexual organizado. Em diversos outros locais do país, grupos gays se identificam com os princípios do Partido dos Trabalhadores. Temos uma chance de, junto com essa minoria, revertermos um processo repressivo, que nega aos homossexuais o direito pleno à cidadania. Vamos passar aos nossos representantes nos legislativos municipais essa idéia.

Eduardo Farias Borges Reis  
Secretário de Movimentos  
Populares/PT- Bahia

## ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores - Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 3.000,00

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_



AGO/SET/91 - Nº 57 e 58

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203 - São Paulo/SP fones: (011) 223 7999/7904/ ou 222 2956/2875/6986

Secretário de Comunicação

João Machado  
Secretario Adjunto  
Markus Sokol  
Jornalista Responsável  
Cíntia Campos - MTB-BA 1394  
Colaboradores  
Marília Boschetto  
Edição Eletrônica  
Caco Bisol  
Fotólito e Impressão  
Artes Gráfica Guarú Ltda.

# Manifesto da Articulação aos Petistas

**A** Articulação se dirige ao conjunto dos petistas para expor as suas preocupações com a crise do país, com a necessidade das forças democráticas e socialistas apresentarem uma alternativa consistente à política do governo federal, e, sobretudo, com o papel que nosso partido e seu 1º Congresso devem desempenhar nesse sentido.

Após 16 meses de governo Collor, qual é a verdadeira situação do país? Qual é a obra desse governo em que milhões de brasileiros, de um modo ou de outro, depositaram as suas esperanças? Desse governo que prometeu superar o nosso atraso tecnológico, educativo e cultural, abolir o cartorialismo e a corrupção, reformar o Estado, a sociedade e a política para assegurar um desenvolvimento "justo e equilibrado"? Qual é, afinal, a obra desse governo que prometeu levar o país à modernidade e ao primeiro mundo?

A obra de Collor é a mais escandalosa regressão econômica, política e social.

Regressão econômica denunciada pela queda recorde da produção industrial e agrícola, a avalanche de concordatas e falências, crescente sucateamento do nosso aparato produtivo; pela persistência da inflação, a liquidação do patrimônio público e a retomada do pagamento da dívida externa; pelos índices de desemprego nunca antes experimentados em nosso país e o agravamento de uma das distribuições de renda mais perversas do planeta.

Regressão social que se expressa pelo aumento do já enorme contingente de miseráveis, pela pauperização dos assalariados e a proletarianização das classes médias, pela sobrevivência cada vez mais difícil dos pequenos e médios proprietários urbanos e rurais, pela degradação inacreditável dos serviços de saúde, educação, etc, pela explosão da violência interpessoal e da criminalidade organizada.

Regressão política cada vez mais evidente na corrupção e no fisiologismo do próprio governo, em seu hipócrita neo-cartorialismo, na truculência contra as instituições, no uso da ameaça militar contra o poder legislativo.

Não é por outra razão que um mal-estar profundo tomou conta dos brasileiros. A população está insatisfeita, cética, deprimida. Todos sentem, do cidadão mais cultivado ao mais humilde, que as possibilidades históricas do país - nossas chances de nos tornarmos uma nação desenvolvida e soberana - estão sendo irresponsavelmente

jogadas pela janela, que o terrível sacrifício da grande maioria do povo não serve para nada, que nada de bom e digno poderá ser edificado sobre tamanha destruição.

Os dados são assustadores: 47% dos brasileiros estão convencidos de que a situação do país "vai piorar" nos próximos anos; 51% da população "simplesmente não acreditam" que os governantes tenham qualquer interesse pelos problemas sociais e 13% dos nossos jovens "abandonariam imediatamente o país", se pudessem.

Esse é o maior dos crimes do governo Collor: fazer de uma população que era toda participação e esperança uma legião de desiludidos e descrentes em si mesmos e no futuro do país.

Tal situação não pode continuar. E preciso barrar esse processo de degradação da vida brasileira. O Brasil é muito mais do que Collor e sua política destrutiva.

A esquerda, as forças democráticas e socialistas, estão diante de um extraordinário desafio: superar a paralisia e a dispersão, retomando o sopro de esperança que esteve presente na campanha Lula e nas mobilizações sociais da última década, inspiradas na idéia de que esse país tem futuro.

Não podemos permitir que as nossas bandeiras, a nossa indignação, o nosso entusiasmo, a vontade de construir um país livre e justo, sejam entorpecidos pelo desalento generalizado, pelo impulso desagregador que emana do Palácio do Planalto.

Para superar a depressão coletiva e resgatar a esperança das maiorias, não há saídas miraculosas: é preciso construir, no terreno concreto da luta social, uma alternativa conseqüente para o país.

É preciso retomar a mobilização direta, ainda que ela não se traduza de imediato em grandes eventos de massa, para transformar as demandas dos movimentos sociais, os projetos dos parlamentares de esquerda e as propostas do Governo Paralelo em objetivos de luta da sociedade civil, acumulando forças para combates mais decisivos contra a política regressiva do governo Collor.

É preciso unificar e dinamizar os movimentos sociais, enfrentar e vencer as pressões que a direita exerce contra as administrações populares, ligar nossa luta no Congresso Nacional e nos diversos parlamentos à organização de base e, principalmente, trazer o nosso partido de volta às ruas contra esse governo e as elites que o sustentam.

É necessário, além disso, aprofundar o caráter transformador

das nossas administrações municipais realizando governos que contemplem as aspirações populares e que sirvam de apoio às lutas políticas e sociais dos trabalhadores. Como temos visto em várias cidades, isso pode constituir-se em exemplo e instrumento de acúmulo de forças para o movimento social e para as disputas eleitorais de 1992 e 1994. Por isso mesmo, a crítica de nossa militância deve transformar-se em solidariedade engajada e estímulo criativo para as correções de rumo que se fizerem necessárias.

Da mesma forma, é vital que a CUT se fortaleça para enfrentar com novos procedimentos os desafios da recessão, do desemprego e de um governo que disputa diretamente com as organizações populares no plano político e ideológico. Superando a tradição corporativa, é imprescindível que a CUT articule e defenda o interesse dos trabalhadores não só como assalariados mas também como produtores e cidadãos. Cabe aos petistas contribuir para que o 4º Concut não se perca no sectarismo e na luta interna e assegure à Central um plano de lutas factível e unitário.

Temas como a política salarial, o combate à corrupção, a adoção de uma nova política agrária e agrícola, a retomada dos investimentos sociais, a retomada educacional, a reforma urbana, a capacitação tecnológica e científica do país, a democratização dos meios de comunicação, o sistema de negociação coletiva e a nova estrutura sindical. A discussão sobre parlamentarismo/presidencialismo e a reforma constitucional não podem ser, para o PT, preocupação exclusiva das bancadas parlamentares, devendo ser assumidos pelo conjunto do partido. Só dessa maneira se dará respaldo e conseqüência à nossa ação parlamentar, que na ausência disso fica sem meios para quebrar o cerco do governo, do empresariado e dos grupos conservadores do Congresso.

Se acreditamos que o momento exige, mais do que nunca, a retomada da organização e da mobilização popular, é também porque entendemos que o PT só terá legitimidade e autoridade para debater com as grandes massas o seu projeto socialista caso demonstre capacidade efetiva de contribuir para a superação dos dilemas hoje colocados ao país.

Para que isso ocorra, no entanto, é preciso redirecionar os debates do 1º Congresso, fazendo com que a discussão acerca do socialismo petista, dos caminhos de sua construção e da necessária reorganização do nosso partido, sejam travados sem que se perca a

sua ligação com os desafios imediatos da tragédia social brasileira.

Temos certeza de que o 1º Congresso pode oferecer ao PT e à sociedade brasileira vigorosos instrumentos de luta contra a política predatória do governo Collor. Consolidar e tornar operante uma alternativa global, autenticamente democrática e popular, à atual política econômica, social e moral, deve ser a primeira grande tarefa de nosso Congresso. Uma alternativa que brote do sentimento popular e das lutas sociais, capaz de engajar progressivamente milhares, milhões, como aconteceu na campanha Lula.

É assim que terá pleno sentido a busca de uma alternativa socialista para o Brasil. É dessa forma que a reflexão coletiva acerca do nosso projeto socialista, radicalmente ético, democrático e libertário, assumirá dimensão histórica concreta. É com esse objetivo que devemos dialogar intensamente com todas as forças democráticas, progressistas e socialistas presentes na vida brasileira.

Queremos um 1º Congresso que envolva o conjunto dos militantes, filiados e simpatizantes do PT, que parta de suas angústias e preocupações reais, um Congresso em que o petista não precise estar vinculado a nenhuma tendência para ter vez e voz.

O funcionamento interno do PT, quando reduzido à ação de suas tendências torna-se um entrave ao crescimento do partido e à sua atuação pública. O direito de tendência - necessário a um partido como o PT - não pode ser confundido com o monopólio da vida partidária pelas tendências. É preciso desbloquear a vida interna, reformando esse sistema paralisante e garantindo o pleno funcionamento das nossas instâncias democráticas.

Os organismos de base, as secretarias, as bancadas e as direções devem superar o artificialismo da disputa compulsória e reger-se pela lógica da criatividade social e política, que é a própria razão de ser do partido. A comunicação interna - a começar pelo jornal do PT - precisa funcionar como antídoto aos riscos de elitização da vida partidária.

É essa mensagem que a Articulação dirige a todos os petistas: romper a paralisia interna e externa, colocar o partido em movimento, realizar um 1º Congresso que contribua de modo decisivo para barrar a obra destrutiva de Collor e retomar os caminhos do desenvolvimento, numa perspectiva democrática popular.

Esse país tem futuro, se soubermos mudar seu presente.

# Oposição derrota governo na política salarial

**A**s galerias lotadas do Congresso Nacional ergueram-se junto com parte do plenário para aplaudir quando o painel de votação registrou a vitória das oposições sobre o governo por 246 votos a 194. O país finalmente ganhava, naquela noite de 28 de agosto, uma lei que, embora não fosse a desejada por cada um dos que comemoravam, era a primeira desde a posse de Collor a proteger os salários contra a inflação e a elevar gradualmente o salário mínimo. Era o momento culminante de um longo processo que não acabou. Agora a luta é para derrubar os prometidos vetos do presidente da República à lei salarial (veja quadro).

Tudo começou em abril, quando, através do deputado Paulo Paim, o PT articulou com outros partidos na Comissão de Trabalho um projeto para o salário mínimo e outro para os demais salários. O primeiro previa um mínimo de Cr\$ 62 mil em agosto, reajustado mensalmente pela pré-fixação da inflação, mais aumento real de 1% do salário ideal calculado pelo DIEESE. Esses ganhos reais oscilariam entre 3 e 4% do mínimo nos primeiros meses e, em cinco anos, garantiriam a equivalência entre o salário real e o ideal, que em agosto era de Cr\$ 157 mil. Pelo segundo projeto, os outros salários seriam protegidos pela pré-fixação no primeiro dia do mês. Havendo diferença entre a inflação estimada e a real, ela seria paga no mês seguinte.

Esses projetos foram objeto de ampla discussão e resultou na unificação das centrais sindicais e na formação de sólida base de apoio. O mais importante, porém, foi a construção de um consenso entre os segmentos representativos de que cabia ao Congresso Nacional decidir sobre a política salarial, sendo inaceitável o Planalto continuar a regular os salários através de medidas provisórias. Em maio, os dois projetos foram aprovados pela unanimidade da Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados. Era a alternativa para estancar as constantes perdas salariais.

## Pressão

O PT intensificava a pressão no sentido de agilizar a decisão no plenário. O deputado José Genoíno condicionava, nas reuniões do Colégio de Líderes, as outras votações à priorização da política salarial. Nossa bancada obstruiu durante todo o mês de julho a Lei de Diretrizes Orçamentárias, obtendo dessa forma o compromisso de votar a matéria

Foto: Jefferson Pinheiro



com urgência no mês de agosto.

O governo prosseguiu aferrado à sua tática de empurrar com a barriga e passou a propor salário mínimo de Cr\$ 35 mil em agosto. Com reajustes semestrais e antecipações trimestrais quando a inflação do período atingisse 33,2%, além da "livre negociação" para os salários acima do mínimo.

O mês de agosto foi de sucessivas negociações e de tentativas de mobilização popular. No campo da mobilização, foi desencadeada pelo PT, PCB, PSB e PC do B a campanha "Um mínimo de decência na política salarial", que realizou alguns atos públicos, principalmente no estado de São Paulo. Às vésperas da votação, a Bancada federal petista fez veicular na televisão em Brasília três anúncios defendendo salários dignos e convocando os trabalhadores a pressionarem o Congresso no dia da

votação. Neste dia, a Bancada, juntamente com militantes petistas, participou de panfletagem no centro de Brasília. O panfleto distribuído também alertava os assalariados para a importância da decisão que o Congresso iria tomar.

Após oito rodadas de negociação, o governo acenou na última hora com uma proposta de salário mínimo de Cr\$ 40 mil, mais Cr\$ 2 mil de abono, com reajustes trimestrais e livre negociação para os demais salários. E advertiu: se viesse a ser aprovado salário mínimo acima de Cr\$ 42 mil em setembro, todo o projeto seria vetado pelo presidente e editada nova medida provisória ao gosto de Collor para regulamentar a questão.

## Dilema

Aí surgiu o dilema: ou íamos ao plenário com nossa proposta original-

para marcar posição, mas com a certeza da derrota, ou aceitávamos concessões que tornavam o projeto oposicionista apenas razoável, mas vitorioso no plenário e com chances de derrubar os vetos presidenciais. Não foi uma decisão fácil. Vários partidos de oposição tiveram acirradas discussões internas para chegarem a um acordo.

A reunião para decidir sobre a posição conjunta da Bancada do PT tinha um complicador a mais: o deputado petista Paulo Paim era o relator da matéria. Depois de intenso debate, interrompido por consultas à Executiva Nacional do partido, 17 parlamentares votaram a favor da proposta que acabou sendo aprovada pelo Congresso, desde que ela unisse toda a oposição. Treze votaram contra, por considerar o projeto insuficiente para atender as exigências do PT, mas acompanharam no voto de plenário a decisão da maioria da Bancada. Encerrada a votação na reunião do PT, o deputado Ernesto Gradella antecipou aos demais membros da Bancada o seu voto de plenário contra o projeto das oposições, que considerou inaceitável.

A política salarial- mesmo não sendo a que queríamos ver aprovada, mas a que foi possível conquistar dentro da atual correlação de forças- está sujeita agora aos vetos. Para derrotá-los, só com o reforço da mobilização do movimento sindical. Vale lembrar, também, que as categorias mais organizadas, pela sua própria mobilização, podem obter maiores conquistas, uma vez que a lei aprovada é o mínimo a ser praticado.

## Como ficam os salários

Pelo projeto aprovado no Congresso, portanto sujeito a vetos, o salário mínimo de agosto é de Cr\$ 42 mil. Em outubro, passa para Cr\$ 46 mil, mais a variação do INPC do mês anterior. A partir daí, a cada dois meses, o mínimo terá antecipações de, pelo menos, 50% do INPC apurado no mês anterior.

Os trabalhadores que recebem de um a três salários mínimos também receberão antecipações bimestrais a partir de setembro, sendo descontados na data-base de cada categoria, com o pagamento integral

do INPC do quadrimestre. O índice de reajuste será fixado pelo governo até o primeiro dia útil de cada bimestre e não poderá ser inferior a 50% da variação acumulada do INPC no bimestre anterior.

Na faixa salarial acima de três salários mínimos, será disparado gatilho sempre que o INPC do trimestre anterior ultrapassar o percentual de 15%, além de reajuste pelo INPC acumulado no trimestre posterior à data base. Acima de sete salários mínimos prevalece a chamada livre negociação.

**Uma campanha nacional contra a política do governo Collor, combinada com o debate de alternativas para a crise está sendo lançada pelo PT. A decisão foi tomada pelo Diretório Nacional, em sua reunião dos dias 09 e 10 de agosto, e pretende combinar a luta institucional e a mobilização nas ruas como forma de pressionar o Executivo e o Congresso Nacional a darem respostas para questões como salário, educação pública, terra, a crescente violência e a corrupção.**

**O DN reconhece: o PT anda muito internista. Mas o lugar do PT é nas ruas, animando a oposição ao governo Collor, mostrando à população que há saídas e que, para alcançá-las, vamos ter que contar com muita mobilização e organização.**

**Para o sucesso da campanha, o DN considera fundamental a articulação com os demais partidos de esquerda e setores do PMDB e PSDB, combinando a denúncia política do governo Collor com a mobilização de diversos setores sociais para pressionar os parlamentares na votação de questões de interesse da maioria. Em São Paulo, o Diretório Regional já está botando a campanha na rua. Veja a seguir a íntegra da resolução do Diretório Nacional.**

# As tarefas do PT para o segundo semestre de 1991

Reunido em São Paulo nos dias nove e dez de agosto de 1991, o Diretório Nacional do PT deliberou realizar, no segundo semestre deste ano, uma campanha política que unifique e politize as lutas sociais e econômicas que, de formas muitas vezes dispersas e descoordenadas, vêm acontecendo em todo o País, como é o caso da greve das universidades, dos movimentos por moradia e da luta contra a privatização da Embraer e Usiminas.

O objetivo central da campanha é a oposição ao governo Collor e a apresentação de alternativas políticas que sirvam de base para a formação de uma frente de oposição e de um amplo movimento popular, para exigir do Executivo Federal e do Congresso Nacional respostas para os problemas do **salário, da educação pública, da terra, e do abastecimento**, da crescente **violência** e para por um fim à **corrupção** que assola o País.

A partir das lutas concretas que existem hoje na sociedade e da pauta de discussões e votações do Congresso Nacional, o PT quer unificar os movimentos para- com base na pressão popular- aprovar, no âmbito do Parlamento, políticas que atendam as reivindicações e propostas populares e façam avançar suas lutas.

O PT deve combinar a denúncia política do governo Collor com a mobilização política de diferentes setores sociais para pressionar os parlamentares na votação da política salarial, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, da Emenda Popular sobre moradia, com um amplo movimento pela reforma agrária e pelo fim da violência e da corrupção, articulando a luta no nível parlamentar com a mobilização popular, mesmo quando a pauta das lutas concretas não coincida com a

Foto: Embrácio Carreiro



agenda institucional.

A luta do PT por uma nova política salarial defenderá a indexação dos salários, até dez salários mínimos, a reposição de 50 por cento das perdas, e o salário mínimo de Cr\$ 62 mil. O objetivo do PT é ligar a luta salarial à oposição petista à política do governo Collor, particularmente com relação à dívida externa e à privatização das empresas estatais.

A campanha deve combinar a

mobilização das categorias profissionais, de setores sociais e de movimentos, com a articulação política de partidos de esquerda, de setores do PMDB e PSDB e de entidades da sociedade civil, para opor-se à política do governo Collor e criar uma alternativa às suas manobras e propostas de pacto e entendimento nacional.

Para viabilizar essa campanha, o PT deve ganhar as ruas, com

atividades e de agitação e propaganda, e deve continuar com a presença de lideranças sindicais e populares, parlamentares progressistas, prefeitos petistas, ter suporte num amplo material de propaganda e disputar espaço nos meios de comunicação. A característica nacional e a presença nas ruas depende da militância do PT e do empenho e da compreensão das instâncias de direção petistas para a necessidade política de sair do imobilismo e da dispersão das várias ações políticas realizadas nos níveis parlamentar, sindical, popular, partidário.

A campanha, no entanto, não se limita à mobilização nas ruas e à presença da militância: depende da articulação das lutas sindicais e populares, da constituição de uma frente de oposição ao governo Collor e da pressão sobre o Congresso Nacional. Somente com tal caráter político e institucional a campanha terá um desdobramento político que possa criar uma alternativa a Collor e à sua política econômica.

O DN indica a todos os DRs a realização de reuniões plenárias estaduais, regionais e municipais, com base num calendário de atividades e numa pauta política, a confecção de material de propaganda, e a realização de reuniões com entidades sindicais, populares e da sociedade, além dos partidos progressistas, para a concretização da campanha.

Fica constituída uma comissão, composta pelos companheiros Luiz Gushiken, José Américo, Markus Sokol e Paulo Rocha, membros do DN, para a coordenação e execução da presente campanha.

São Paulo, 12 de agosto de 1991

Secretaria Geral Nacional

## DN faz "reunião eletrônica"

Os 83 membros do Diretório Nacional inauguraram uma nova forma de decidir. Através do circuito de TV Executiva da Embratel, a direção petista reuniu-se no dia 26 de agosto para deliberar sobre a organização do I Congresso do PT. Em 16 cidades, os membros do DN apreciaram alterações no Regimento Interno, como a chamada "Emenda Plínio" e prazos para contribuição financeira dos filiados.

Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Imperatriz(Ma), Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Teresina e Vitória foram as cidades sedes da "reunião eletrônica, produzida pela TV dos Trabalhadores- TTV- e gerada a partir do auditório da Embratel em São Paulo.

Essa foi a forma mais ágil e barata encontrada pelo PT para reunir o Diretório Nacional e garantir o quórum de dois terços exigido para deliberações que impliquem em alterações no Regimento Interno. Ao final da reunião, o companheiro Lula saudou a objetividade dos participantes que, em duas horas, conseguiram apreciar todos os pontos previstos no roteiro.

**O debate sobre a privatização de empresas estatais está na ordem do dia. De um lado, o governo Collor, a todo vapor na ofensiva**

**de marketing, tenta convencer o país da necessidade de "um Estado mais leve". Do lado de**

# Duas visões

**cá, a discussão foi um dos temas da reunião do Diretório Nacional dos dias nove e dez de agosto.**

**Os artigos dos companheiros**

**Jorge Bittar e Wladimir Palmeira expressam duas posições em um debate cada vez mais quente.**

## Doação

**Jorge Bittar**

Quando se identifica as causas da atual crise brasileira, invariavelmente o Estado é apontado como o vilão número um. De fato, apesar de ter desempenhado um papel fundamental no processo de desenvolvimento de nosso país desde a década de 40, o Estado, principalmente a partir dos governos militares, foi escandalosamente utilizado para favorecer os grandes grupos econômicos. Nos anos recentes, tem sido moeda corrente a manipulação das empresas estatais através dos preços de suas tarifas e produtos, dos mecanismos de licitação pública e da transferência ilegítima de parcelas consideráveis da dívida externa para o passivo das empresas.

Associada a tudo isso, foi criada uma longa série de subsídios e incentivos fiscais, os quais, se em muitos casos pouco ou nada serviram para estimular a produção, a produtividade ou a modernização tecnológica das empresas privadas, certamente se constituíram em instrumentos eficazes para o enriquecimento fácil e acelerado dos grupos que se acercaram do poder. Esse papel atribuído pelas elites ao Estado explica, inclusive, boa parte da enorme concentração de renda e riqueza nacionais verificada no passado recente.

Esse verdadeiro saque efetuado contra o Estado é, com certeza, a

principal causa da verdadeira situação de falência em que se encontra o setor público na economia brasileira. A recuperação do Estado é imprescindível para que o país volte a crescer. Há, no entanto, duas concepções sobre como isso deva ocorrer. De um lado, as elites, seguindo um figurino neoliberal (ou sub-liberal), propõem a venda de parte significativa do patrimônio estatal. De outro lado, os trabalhadores e seus aliados, interessados na distribuição de renda e riqueza e no Estado como indutor do padrão de desenvolvimento, propõem o imposto de solidariedade e o imposto sobre grandes fortunas como instrumentos básicos para se alcançar esse objetivo. Ao defender o imposto de solidariedade, no artigo **A Quadratura do Círculo**, publicado no número 14 da revista **Teoria e Debate**, o economista Reinaldo Gonçalves demonstra que apenas um por cento da população brasileira detém 53 por cento de toda a riqueza acumulada na sociedade, concentração que supera em muito a que existe nos países do mundo desenvolvido.

O Programa Nacional de Desestatização do governo Collor, ao publicar o edital de venda da Usiminas, torna clara sua intenção de dar continuidade ao processo de manipulação do Estado. Além da proposta de privatização da mais eficiente e rentável siderúrgica

brasileira ser descabida, são simplesmente escandalosas as condições estabelecidas pelo governo para sua realização. Para a venda da Usiminas, cujo patrimônio é avaliado em US\$ 7 bilhões, o BNDES estabeleceu um preço mínimo de apenas US\$ 1,74 bilhões, alegando que este é o valor de mercado da empresa. Ora, é evidente que numa conjuntura de recessão, em que as oportunidades de negócios estão extremamente reduzidas, na qual as perspectivas de faturamento estão diminuídas pela compressão dos preços do aço, o valor de mercado da empresa seja muito inferior àquele de uma situação normal.

Esse quadro se torna ainda mais absurdo quando se acrescenta o fato de que o governo decidiu aceitar como pagamento das empresas privatizadas aquilo que se tem denominado de "moeda podre", ou seja, Títulos da Dívida Agrária e Títulos da Dívida Externa. Esses serão aceitos por 75 por cento do seu valor de face, quando podem ser adquiridos por cerca de 25 por cento desse valor no mercado secundário internacional. Para completar as benesses, o governo, através do edital de venda, permite que o feliz comprador pague apenas a metade do capital, adquirindo somente ações ordinárias. As ações preferenciais serão vendidas num segundo leilão, sem preço mínimo.

Como se vê, não se trata de uma

venda, mas da doação do patrimônio público, sem autorização da nação.

Para que o país volte a crescer, é necessária uma profunda reforma do Estado. Isso nada tem a ver com a privatização indiscriminada que o governo Collor tem intenção de colocar em prática. A retomada do crescimento econômico necessitará de investimentos em energia, transportes, telecomunicações, ciência e tecnologia e não será com o sucateamento ou venda das empresas estatais que o país se preparará para um novo ciclo de desenvolvimento. Nesse particular, a experiência de países como a Itália, a França e a Alemanha é muito importante, pois conseguiram avançar na modernização e no controle democrático de suas empresas estatais.

A proposta do PT para a reforma do Estado na esfera econômica aponta no sentido da democratização e do aumento da eficiência e da eficácia, os quais são objetivos que devem necessariamente se combinar. Isso não exclui a possibilidade de que órgãos ou empresas públicas possam ser extintos ou até mesmo privatizados. Isso, no entanto, não tem nada a ver com a idéia neoliberal do Estado mínimo, mas sim com o princípio de que os recursos públicos devem ser utilizados em função dos interesses da maioria da população.

*Jorge Bittar é secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT.*

## O "não" conservador

**Wladimir Palmeira**

A esquerda brasileira tem tratado a questão da privatização de uma maneira completamente equivocada. A onda de privatizações surgiu de condições internacionais favoráveis. Baseada no exemplo europeu, a direita tomou uma grande ofensiva para ocupar áreas lucrativas e iniciou essa ofensiva apontando para a privatização como solução de tudo. Como resposta, a palavra de ordem da esquerda foi,

simplesmente, "não à privatização".

Essa palavra de ordem é equivocada. Não traduz o conteúdo político das nossas posições e coloca-nos mais ainda na defensiva, porque é evidente que a intervenção do Estado na economia, no Brasil a partir sobretudo da ditadura militar transformou-se numa intervenção anárquica. Dizer apenas "não à privatização" é uma posição politicamente burra, porque, em função dessa situação, boa parte da população simpatiza

com alguma privatização.

A posição "não à privatização" é conservadora, no sentido estrito, no sentido de querer conservar a todo custo a coisa na mão do Estado. É conservadora porque parte, na verdade, de um estilo de esquerda da Terceira Internacional, que pensava mais ou menos o seguinte: "Tudo que é estatal é bom". Não é a opinião clássica da esquerda sobre o Estado (o velho Marx sempre criticou essa adoração pelo aparelho de Estado), mas reflete a

ideologia da Terceira Internacional. De forma que nós ficamos na defensiva.

### E a posição da esquerda?

Deveríamos ter uma posição sobre a intervenção do Estado no capitalismo - é evidente que agora, no I Congresso, trataremos de acertar uma posição também sobre o Estado no socialismo. Algumas teses já questionam, inclusive, o critério de estatização absoluta.

Mas, no capitalismo, qual seria a função da intervenção econômica do Estado?

O Estado deve intervir diretamente na economia por duas ordens de fatores. Primeiro, como mecanismo de redistribuição de renda geral. Investindo na Educação e na Saúde, por exemplo, privilegiando os setores mais pobres. Um segundo motivo para a intervenção do Estado são as condições para o desenvolvimento nacional, para a independência, para assegurar uma infraestrutura capaz de permitir que o crescimento ocorra, ou até atuando diretamente na esfera produtiva.

Isso significa que devemos procurar os setores econômicos essenciais, vitais para o desenvolvimento. É aí que o Estado deve atuar. Não em qualquer setor da produção, mas nos setores que podem alterar o nível ou a qualidade do desenvolvimento econômico, ou ser um elemento de garantia da independência nacional.

### Três áreas

Separamos três áreas onde o Estado deve atuar diretamente. Em primeiro lugar, na área dos serviços públicos, que vai desde o atendimento direto à população-saúde, educação, saneamento- a setores como energia elétrica e telecomunicações. Em segundo lugar, o Estado deve intervir diretamente nos minerais estratégicos. No caso brasileiro, temos a questão dos minérios nucleares e do petróleo. São questões vitais que devem ficar sob o monopólio do Estado.

Em terceiro lugar, a intervenção estatal deve acontecer nas áreas vitais para o desenvolvimento. Há quarenta anos, a siderurgia foi importante. Hoje, o Estado deveria investir em microeletrônica, em bio-tecnologia, em pesquisa aeroespacial, informática. Esses são campos onde o Estado deve atuar e não necessariamente de forma monopolista.

A lei de reserva de mercado para a informática provou que esse tipo de instrumento garante um certo nível de industrialização - sobretudo, capacidade de montagem, mas onde se chegou perto de criar tecnologia foi na Cobra, que é uma empresa estatal. A empresa privada não criou coisa nenhuma. Essa é uma intervenção

estatal fundamental para que o país não caminhe para o quarto mundo, mas para o primeiro.

### Hierarquia

Estabelecida uma hierarquia para a intervenção, sabendo onde o Estado vai, nós podemos nos espantar que a esquerda defenda teses tão esdrúxulas: coloca-se contra a privatização da siderurgia, mas não defende a intervenção necessária do Estado nos setores estratégicos para o desenvolvimento.

Boa parte do que o governo propõe privatizar, até agora, pode ser privatizado.

A discussão é outra. Nós somos contra as privatizações do governo Collor por um fator simples: porque uma coisa é dizer que as empresas são privatizáveis, outra coisa é saber como esse processo vai se desenvolver e para onde vai a grana. O governo Collor não esclarece como vai privatizar, as condições de venda, o tipo de dinheiro a ser recolhido. Nem consultou a sociedade sobre o processo. Mais: não esclarece o que vai fazer com o dinheiro, havendo o risco de que vá ser esterilizado pelo Banco Central.

Fica a questão: pra que privatizar uma empresa se o dinheiro resultante não será aplicado num investimento mais necessário ao interesse nacional?

Nossa posição, portanto, é uma posição ativa de defesa da intervenção do Estado na economia. É isso que nos separa dos liberais. O que deles nos separa não é a definição do setor onde o Estado possa atuar. É uma questão de filosofia. Os liberais não querem a atuação direta do Estado na economia. Nós defendemos a intervenção estatal. E mais, mostramos os setores essenciais onde o Estado deve atuar. Ao dizer não à forma que o presidente Collor executa seu programa, não podemos cair no simplismo de barrar qualquer tentativa de privatização. Não podemos combater o liberalismo com o discurso de Vargas. Temos que ir mais adiante, definir uma política de intervenção do Estado, batalhar para a transferência de recursos para os setores onde o Estado é mais vital, importante e decisivo.

*Wladimir Palmeira é deputado federal PT-RJ*

**O PT quer apresentar um projeto para o Brasil. Esse projeto- um documento de diretrizes gerais- deverá constar de propostas alternativas que sirvam à disputa de hegemonia no período próximo, constituindo-se, também, na base para um plano de governo para 1994, como decidiu o Diretório Nacional. O documento será elaborado sob a coordenação da Executiva Nacional e remetido às bases partidárias, que deverão apresentar contribuições ao texto.**

**O debate, entretanto, já está aberto. Nesta edição, o BN publica a contribuição do companheiro Markus Sokol- que reproduz o conteúdo de uma das intervenções na discussão travada no DN- e uma carta de economistas petistas. No próximo número, será a vez do companheiro Aloísio Mercadante.**

## O primeiro ponto de um projeto para o Brasil

*Markus Sokol*

*Sim, é preciso uma saída para a crise, urgente. O governo reconhece a "ingovernabilidade". Mas o que propõe como Emenda é o Projeto de fevereiro recozinhado que, no fundo, tem o mesmo centro do Plano Collor: liquidação das garantias sociais, dos serviços públicos e das estatais, manutenção do arrocho e da estrutura agrária. São exigências do FMI. É o "único tiro" que Collor vai continuar atirando enquanto deixarem. A novidade é que ele precisa da oposição para segurar o cano da garrucha que, sozinho, não sustenta mais. A nova tentativa do "entendimento nacional" passa pelo "pacto dos governadores", Brizola em primeiro plano.*

*O nome da crise é Collor. E o primeiro ponto de qualquer projeto honesto é: Fora Collor. Porque para sair da crise é preciso outra política e outro governo, outras instituições. Ninguém deve se enganar a respeito, a começar por nós mesmos. O povo não levará a sério qualquer plano que tergiverse a respeito.*

*O caminho para chegar lá é a democracia. Esse presidente não pode continuar levando o país ao desastre, governando sozinho por Medidas Provisórias, ou sobrepondo seus vetos a um Congresso Nacional onde não tem mais maioria, apenas porque a Constituição reacionária lhe confere tais poderes. O Congresso, para corresponder à vontade do povo, deveria abolir esses poderes. E chegar a destituir esse homem. Isto é próprio da democracia: o direito do povo ver sua vontade respeitada. Inclusive*

*por meio de sua ação direta, como numa Greve Geral, se a situação o leva a isso.*

*Removido o obstáculo, o projeto deve indicar um Plano Nacional de Desenvolvimento. Resumidamente, alavancado pelo Fundo formado pelos recursos que hoje vão para o pagamento da dívida externa, e pela taxação das grandes fortunas (US\$ 11 bilhões parecem ter ido para o bolso dos banqueiros neste governo; Antonio Ermírio de Moraes detém US\$ 2,5 bilhões, a 58ª maior fortuna do planeta). Não são medidas socialistas, mas reformas de defesa da soberania nacional e de justiça social. Que vão exigir energia revolucionária. Assim, a Reforma Agrária pode ser financiada, a Reforma Urbana levada em frente. E os salários gradualmente aumenta-rem até um poder real de compra decente, que no Brasil nunca tiveram. A idéia de equilibrar-se na nunca vista regulação do mercado, estabilizando a economia pela colaboração tripartite das classes com o governo, dentro de um Mercosul que nos integre competitivamente num mundo harmonizado entre o "Norte" e o "Sul", essa idéia deve ser abandonada. E enterrada na cova comum dos, digamos, ingênuos entusiastas da "Perestroika". Um Projeto para o Brasil deve sinalizar a realocação da riqueza existente em proveito das urgentes necessidades da maioria. Por compromisso moral e porque sem a sua participação organizada não há saída realista para nós na "nova ordem" de Bush.*

*Markus Sokol é economista, secretário-adjunto de Comunicação da Executiva Nacional do PT*

*O PT tem um desafio urgente: elaborar sua alternativa à proposta neoliberal- que já deu demonstrações suficientes de sua incapacidade de enfrentar a crise. O projeto petista- "abrangente, simultaneamente social, político e econômico"- é o ponto de partida para a construção das várias esferas de superação da crise. Reunidos em Belo Horizonte nos dias dois, três e quatro de agosto, cerca de 50 economistas do PT fizeram um diagnóstico do Brasil de hoje e lançaram uma conclamação: "A elaboração desse projeto e dos meios de realizá-lo exigirá muito de todos nós. Esta deve ser a tarefa central do I Congresso do PT".  
A seguir, a íntegra da "Carta dos Economistas do PT", aprovada durante o encontro.*

## A Urgência de um Projeto para o Brasil

Há 500 dias a farsa, a fraude e a truculência governam o país. Collor aprofunda a miséria de milhões, fraudando as esperanças que criou junto aos descamisados. Collor governa para a pequena minoria que acumulou riqueza e poder durante os anos da ditadura militar e do governo Sarney.

O Brasil atravessa uma crise profunda, de dimensões inéditas, simultaneamente econômica, política, social e institucional. Crise que é conseqüência da falência de um modelo de desenvolvimento, baseado numa articulação específica entre capital nacional, capital estrangeiro e Estado, onde este teve um papel central no financiamento da acumulação capitalista.

A crise do Estado brasileiro, que é financeira e estrutural, está no centro da turbulência. O Estado está falido: arrecada pouco e de forma injusta. Situação agravada pelo crescimento da economia subterrânea, alimentada pelos grupos atuantes no comércio exterior, através de mecanismos de subfaturamento de exportações e superfaturamento de importações, e da sonegação de impostos. A informalização da economia brasileira oculta, atrás do cenário da miséria urbana, o enriquecimento ilícito de uns poucos.

Quanto aos gastos, o Estado age de forma ainda pior, como evidencia a insuficiência de serviços públicos e o comprometimento de uma enorme parcela de seus recursos com o serviço das dívidas externa e interna.

Estruturalmente, o Estado acumula distorções e ineficiência, adequando-se ao atendimento dos interesses privados em detrimento do interesse público.

A fantástica concentração de renda e de patrimônio; a marginalização do circuito econômico de largas parcelas da população; o baixo nível - quantitativa e qualitativamente - da educação; degradação dos serviços sociais; a insuficiência e a obsolência da infra-estrutura econômica; o inchaço urbano; a

dilapidação criminoso do meio-ambiente - conseqüências do antigo padrão de desenvolvimento e de sua crise - são os principais obstáculos à retomada do crescimento econômico.

### A Proposta Neoliberal

Ao lado da manipulação política da população, o atual governo persiste tentando atacar a inflação com pacotes autoritários. A limitação do alcance desta política se expressa na permanente e recorrente ameaça da hiperinflação - novamente colocada neste segundo semestre de 1991. Uma política efetiva contra a inflação deve envolver políticas de rendas, controle de preços e reformas estruturais da economia. Pelo contrário, o governo Collor impõe "reformas" que não passam de um conjunto de medidas que subordinam o movimento nacional à lógica das grandes corporações nacionais e transnacionais.

A abertura irresponsável do comércio exterior, a omissão frente a fuga de capitais, o acerto com o FMI, a privatização-doação das estatais são aspectos dessa política. Seus primeiros resultados já sentimos: amplia-se a exclusão social, degrada-se a educação e a infra-estrutura, aumenta a desigualdade. A marginalização do país da economia internacional cresce, o atraso tecnológico persiste, o espectro do sucateamento nos ronda. Só não vê quem não quer...

A proposta neo-liberal é incapaz de superar a crise.

O PT se opõe, globalmente, a esta política. Desenvolver a nossa alternativa é um desafio urgente.

### Um projeto Democrático e Popular

Nosso ponto de partida é a formulação de um projeto abrangente, simultaneamente social, político e econômico, que aponte para o Brasil democrático que queremos construir. Somente a partir deste projeto é que poderemos construir as várias esferas da superação da crise: a viabilização

da retomada do crescimento econômico articulado com a superação do legado histórico do capitalismo brasileiro (miséria, restrição da cidadania, desigualdade social, a expansão da violência urbana e rural), garantindo o desenvolvimento sustentado e a biodiversidade. Nosso projeto envolve a distribuição de renda, riqueza e poder. Para tanto é necessário lutar por reformas estruturais: a reforma do estado, a reforma patrimonial da sociedade, e as reformas sociais, com uma nova inserção na economia internacional.

A reforma do Estado visa recuperar sua capacidade de financiamento, promover um profundo reordenamento que estabeleça sua função pública e criar o controle democrático da sociedade sobre ele. Iniciamos uma elaboração, que deve ser debatida e enriquecida, de uma alternativa à privatização-doação de Collor e à estrutura atual das estatais. Nossa alternativa visa a preservação do patrimônio produtivo estratégico através da transferência de seu controle para um Fundo Público dos Trabalhadores, a ser gerido autônoma e democraticamente. A esse Fundo devem se agregar todos os recursos gerados a partir dos trabalhadores (FGTS, PIS-PASEP, Seguridade Social). Ao lado da política de desprivatização, de controle social e transparente do setor público serão necessárias a reforma fiscal e a reforma financeira.

A reforma patrimonial da sociedade parte do questionamento da perversa acumulação de riqueza por uma pequena minoria, propondo o imposto de solidariedade, a reforma agrária, a reforma urbana e a revisão da estrutura de propriedade.

Buscar uma nova e soberana inserção na economia internacional passa por uma solução para a dívida externa e pelo respeito às prioridades nacionais do desenvolvimento.

As reformas sociais pressupõem uma ação decidida do Estado,

envolvendo políticas de rendas. Uma política salarial ofensiva que aumente a massa de salário e a base de consumo - amparada por políticas industriais e agrícolas, sintonizadas com a reforma agrária e com a segurança alimentar da população, constituem a base do desenvolvimento nacional e da erradicação da miséria. A reforma educacional é imperativa para ampliar a cidadania e possibilitar a modernização real, criando condições para o acesso do país às novas tecnologias. Uma ofensiva política de saúde e saneamento é também indispensável para a reversão do atual quadro de atraso social do país.

Essenciais para a recuperação dos investimentos públicos - ponto central da retomada do desenvolvimento econômico - as reformas estruturais são impensáveis sem o avanço da democracia, da participação popular e da ação dos movimentos sociais. A Generalização e o aprofundamento da democracia definem nosso projeto: trata-se de espalhá-la pela sociedade, entrando nas empresas, alterando as relações de trabalho e as relações pessoais.

### Uma Convocação às Forças Populares

A elaboração deste projeto e dos meios de realizá-lo exigirá muito de todos nós. Esta deve ser tarefa central do I Congresso do PT.

A discussão deste projeto não pode perder de vista a conjuntura presente. Só assim poderemos enfrentar as questões emergenciais colocadas pela crise e pelas iniciativas da ofensiva neoliberal. Este é um trabalho político indissociável das lutas nas ruas, nas empresas, nos campos, nos bairros e no parlamento.

Elaborar uma alternativa capaz de lançar o Brasil no caminho de um desenvolvimento que incorpore à cidadania plena a grande maioria da população brasileira é tarefa urgente do PT e de todas as forças comprometidas com o destino do nosso povo.

# Um jornal que veio pra ficar

***O Jornal do PT já é uma realidade. Às vésperas do Dia da Imprensa e em pleno Congresso Nacional da CUT, chega às bancas Brasil Agora, com o compromisso e a vontade de resgatar a melhor tradição da imprensa alternativa brasileira. Crítica, reflexão, fatos: o que falta na grande imprensa está nas páginas do jornal. Viabilizar um projeto assim é muita ousadia. Fazer jornal- um bom jornal, na contra-mão dos grandes interesses- exige a contribuição de todos os setores democráticos e progressistas. A seguir, o editor de Brasil Agora, o jornalista Rui Falcão, fala da melhor manchete que está acontecendo nas bancas.***

*Entrevista a Hugo Scotté*

**BN-** Quais as suas expectativas em relação ao lançamento do tão esperado Jornal do PT?

**Rui Falcão-** Brasil Agora vai ser lançado às vésperas do Dia da Imprensa, 10 de setembro. E há dois acontecimentos importantes nesse lançamento. Para começar, sua primeira distribuição é no Congresso da CUT, o que cria uma vinculação simbólica muito forte com o movimento dos trabalhadores brasileiros, de quem o Brasil Agora pretende ser um porta voz, um dos canais para a difusão de suas lutas, das suas reivindicações.

Segundo, porque a proximidade do Dia da Imprensa significa que Brasil Agora vem para preencher um espaço que nós consideramos vazio: o da imprensa crítica, da imprensa de reflexão, da imprensa que não manipula a informação e, portanto, da imprensa que não desinforma. O Brasil, hoje, devido ao monopólio dos meios de comunicação- sobretudo os meios de comunicação eletrônicos- entrou numa fase de mesmice, de fragmentação da notícia. Hoje em dia é quase impossível nós nos mantermos informados pelos jornais da grande imprensa. Então, Brasil Agora resgata as melhores tradições da antiga imprensa alternativa, uma imprensa que contribuiu, inclusive, para a derrubada da ditadura militar.

Mas, ao contrário da imprensa nanica, Brasil Agora vem com melhores meios e, portanto, vem pra ficar. É um jornal quinzenal, com vocação pra semanal. E, quem sabe, a depender da solidariedade

dos amplos movimentos sociais existentes no Brasil, ele possa se tornar diário.

**BN-** De onde vêm os recursos para financiar o jornal?

**Rui-** Brasil Agora está sendo lançado pelo PT, mas não é um jornal do PT. Não é um jornal de partido, mas um jornal que toma partido. Inicialmente, os recursos vêm do PT e o jornal pretende se manter com a venda de assinaturas, com a venda avulsa, em bancas selecionadas, e também com anúncios, que nós acreditamos que vão começar a correr para o jornal, logo a partir do primeiro número.

**BN-** Com o jornal feito em São Paulo, é possível dar a ele uma "cara nacional" ?

**Rui-** Brasil Agora é feito em São Paulo, mas não é um jornal paulista. É um jornal que procura refletir as imensas diversidades do país. Então já no número zero estamos conseguindo cobrir o Rio, o Rio Grande do Sul, Minas, São Paulo. Para o número 1 já existe a expectativa de matérias do Acre, Amazônia. Então, realmente é um jornal nacional. Com distribuição e pauta nacionais. E, sobretudo, com uma visão nacional e a busca de uma linguagem nacional, não uma linguagem paulista ou carioca.

**BN-** Como se pode colaborar com o jornal?

**Rui-** Nós estamos montando uma rede de colaboradores nos estados. A idéia é que companheiros que estejam voltados para o jornalismo possam enviar sugestões de pautas. Possam criticar o jornal. O número zero é um número experimental, aberto a todo tipo de crítica, sugestão, julgamento, contribuição. A cada quinze dias, vamos estar reco-

lhendo essas sugestões de pauta, fazer uma pauta básica e, naturalmente, pedir colaboração aos colegas dos estados, sejam reportagens, fotos, ilustrações, ensaios, artigos, já que o jornal se compõe dessas diversas características.

Brasil Agora será uma grande oportunidade para se lançar novos artistas, novos autores. A redação vai estar aberta a essas contribuições.

**BN-** E a linha editorial? Como será a relação do Brasil Agora com o PT?

**Rui-** Brasil Agora tem uma redação própria, uma estrutura própria e um conselho editorial. E ele procura pensar a sociedade, ou refletir a sociedade, tratar os fatos de uma forma diferente da grande imprensa, que se diz neutra, mas toma partido dos setores dominantes da sociedade, aqueles que a financiam e de quem ela ajuda a materializar os interesses. Brasil Agora tem compromisso com as grandes maiorias sociais do país que, por força de um regime de exploração, foram transformadas em minorias culturais, étnicas, políticas. Nós vamos- objetivamente, mas sem qualquer tipo de neutralidade- procurar passar nas páginas do jornal os interesses, a visão de sociedade, a postura desses setores, mas tratando com fatos.

Então, Brasil Agora não é um jornal oficial do Partido dos Trabalhadores, mas é um jornal aberto à proposta de uma sociedade justa, fraterna, que interessa ao PT e a todos esses segmentos democráticos, progressistas e de esquerda da sociedade brasileira. É com esses setores que queremos dialogar. E a eles

que nos dirigimos, prioritariamente. E desses setores que certamente virá um grande apoio para que o jornal se mantenha e possa se desenvolver.

**BN-** Como vocês esperam viabilizar o jornal, concretamente?

**Rui-** Como já disse, vendendo assinaturas que custam Cr\$ 7,2 mil, assinaturas de apoio- que custam Cr\$ 12 mil, e com a venda avulsa, através da figura antiga do jornaleiro, a venda militante, mão-a-mão. As cartas criticando o jornal, o relato independente de repórteres populares perdidos numa comunidade longínqua do país, tudo isso é uma maneira de mostrar que o Brasil Agora está vivo, de ampliá-lo, e sobretudo, mostrar que o jornal está bem informado. E na informação, na crítica, na venda, no apoio financeiro que nós esperamos estar recolhendo a colaboração necessária para viabilizar o jornal.

**BN-** E os colaboradores internacionais?

**Rui-** No exterior há uma rede muito numerosa de intelectuais, de jornalistas progressistas. Nós pretendemos que nas páginas de Brasil Agora haja sempre uma contribuição desses intelectuais e jornalistas. Lembro, com risco de omitir alguns, de Eduardo Galeano, Gabriel Garcia Marquez, Eric Hobsbawn, Perry Anderson, Mario Benedetti, Ernest Mandel, Martha Harnecker, Osvaldo Soriano. São pessoas que, ao conhecerem Brasil Agora, certamente se disporão a colaborar conosco e virão trazer um forte e importante apoio para o prestígio e valorização do jornal, para seu caráter plural e democrático, que reflita as idéias do nosso tempo.

**BRASIL  
AGORA**

preço do exemplar: Cr\$ 600,00  
assinatura (semestral): Cr\$ 7.200,00  
assinatura de apoio: Cr\$ 12.000,00

Redação e administração: Alameda Gleite, 1049  
CEP 01215- São Paulo - fone: (011) 220-7198

# Mandela no Brasil

**A**pós o enfraquecimento das leis do apartheid, os conflitos entre diferentes organizações políticas de nativos e anti-racistas sul-africanos viraram o tema central da imprensa mundial. Nelson Mandela- fundador e atual presidente do Congresso Nacional Africano, negro e advogado, duplamente confinado após fazer a própria defesa e denunciar o apartheid, desde abril de 1964, e livrar-se da pena de morte, quando foi condenado a prisão perpétua-visitou o Brasil entre primeiro e seis de agosto de 1991.

Libertado na justiça de apartheid em fevereiro de 1990, por pressões populares, diplomáticas e armadas, realizadas pelos movimentos de libertação nacional, a visita dele à América Latina tinha objetivos basicamente diplomáticos. No Brasil, praticamente restrita aos meios oficiais, ela foi vitoriosa.

As solidariedades anti-racistas, limitadas a iniciativas verbais e cenas dramáticas de indignação ganharam consistência no país símbolo da democracia racial que, segundo a revista inglesa *News African* revelou em 1980, vinha sendo estudada por estrategistas sul-africanos para promover a abertura racial democrática daquele país. Um dos pontos altos da perestróica sul-africana foi a libertação de praias e praças proibidas para não brancos, além da autorização para casamentos multirraciais.

Ao chegar, Mandela desembarcou no Rio de Janeiro, foi recebido pelo governador Leonel Brizola, do PDT, e disse que o Brasil "está mais adiantado na conquista de uma



sociedade multirracial". Ele elogiou a democracia racial brasileira. No último dia ouviu de Sidney Sanches, juiz e presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, que "os negros são preteridos e os brancos preferidos", quando da admissão nos empregos. Antes da partida, Nelson Mandela disse, ainda, que viu "amargura nos olhos dos negros".

Na África do Sul os nativos africanos e imigrantes de origem não europeia, negros, sempre estiveram cultural e geograficamente confinados. Foram excluídos da economia e da política. Brizola,

primeiro governador de estado que encontrou, disse que existe racismo no Brasil e ofereceu-lhe um show, reunindo os principais negros artistas do estado e do país, na Praça da Apoteose.

A denúncia foi reiterada em São Paulo, pelo governador Luiz Antonio Fleury, do PMDB e da prefeita Luiza Erundina, do PT. Na prefeitura ele se reuniu com líderes dos movimentos negros e anti-racistas, que fizeram reflexões mais profundas e explicitaram a natureza do racismo brasileiro. Na Assembléia Legislativa, o deputado estadual Léo Oliveira, do PRN, fez uma denúncia radical do racismo econômico e da violência policial. A deputada Célia Leão, deficiente física, do PSDB, o nomeou líder mundial dos excluídos.

## Donos do Mundo

Antes que chegasse ao Brasil, Mandela ouviu o presidente dos EUA, George Bush, defender, um dia depois do Comitê Olímpico Internacional decidir pela reinclusão da África do Sul, o fim do boicote internacional àquele país. A proposta foi levada ao grupo dos Sete, que, semana antes, a *Folha de S. Paulo* definiu como "os donos do mundo". No mês anterior, Pik Botha, líder branco e ex-dirigente sul-africano, em entrevista àquele jornal brasileiro criticara o Brasil. Disse que o Brasil e os países do Cone Sul estão atrasados no reconhecimento do esforço dos brancos sul-africanos para suprimir o regime do apartheid.

O ponto alto da visita de Mandela ao Brasil ocorreu na Bahia, onde milhares de pessoas e os integrantes dos blocos-afro-baianos, o receberam como um rei. Ele também se reuniu,

reservadamente, com líderes dos movimentos negros. Mas um dos momentos de maior intimidade com as autoridades brasileiras foi no Espírito Santo, onde hospedou-se na residência oficial do governador do Estado, o negro Albuino Azeredo, PDT.

Em Brasília, centro da diplomacia, o presidente Collor de Mello disse que condicionará a reaproximação e o avanço das relações Brasil-África do Sul à evolução das lutas anti-racistas, pelo fim da exclusão racial na política e, conseqüentemente na economia daquele país. O boicote será mantido, posição manifestada também pelo governador de São Paulo, principal centro econômico do país.

A imprensa não noticiou e os governos não informaram os apoios econômicos ou materiais recebidos pelo ANC. Sabe-se extra-oficialmente que aproximadamente 10 milhões de dólares foram concedidos indireta e extra-oficialmente, por vários governadores. Atividades não oficiais também foram promovidas pelos movimentos negros, que, num balanço realizado dias depois denunciaram a existência de políticas oficiais de exclusão de anti-racistas e movimentos negros na recepção de Nelson Mandela. Concluíram também que um novo espírito crítico, mais radical e em busca de ampliação das conexões entre núcleos negros e movimentos sindicais e populares começou emergir nos movimentos negros.

*Hamilton Cardoso*  
Membro da Secretaria de  
Relações Internacionais

# Ladrão que rouba povão não merece perdão

A massa de denúncias contra práticas do governo Quéricia levou a bancada petista de São Paulo a propor uma CPI da Corrupção na Assembléia Legislativa.

O governador Quéricia deixou o Estado falido, sem caixa para pagar funcionários, fornecedores e credores. Os bancos estaduais estiveram na iminência de quebrar, sendo salvos por intervenção do Banco Central. Os números são expressivos: US\$ 5,5 bilhões de dívida pública estadual (mais de 40 por cento do orçamento anual), US\$ 700 milhões de atrasados com fornecedores e empreiteiras e um déficit orçamentário de 20 por cento (maior que todos os recordes malufistas).

A lista de escândalos do quercismo é longa: Raspadinha, Corretora Banespa, Privatização da Vasp, Metrô - Ramal Paulista, Memorial da América Latina,

Eletropaulo, Sabesp, compra de equipamentos para a PM e para as universidades.

A prática do superfaturamento de preços, de dispensas de licitação, enfim, o uso abusivo e desviado da máquina administrativa do Estado, parecem ter sido lugar comum na gestão Quéricia. Vários dos principais assessores, homens de confiança do ex-governador, estão sob suspeita de enriquecimento ilícito.

É com base no sentimento de que a população de São Paulo (e do país) se mostra indignada diante da falta de apuração das denúncias de corrupção e da total impunidade para os responsáveis por esta prática que surge a proposta de uma CPI na Assembléia de São Paulo.

Os deputados estaduais não podem se omitir. Temos que por um fim neste modo ilícito de governar. Fiscalizar e

apurar é dever da Assembléia Legislativa.

Esta iniciativa pode ser uma pequena atividade escondida entre as paredes do Parlamento e nas páginas internas da Folha de S. Paulo, como pode ser um momento de luta política incisiva, de desgaste de nossos adversários, de crítica a um modo de governar conservador, anti-democrático e anti-popular. Depende da atuação do partido.

Ainda que a primeira impressão seja a de que estamos apenas seguindo a onda de defesa da moralidade nos negócios públicos (com um cheiro suspeito e mofado de UDN), na verdade, estamos propondo:

a) Que através da configuração de uma campanha de massa contra a corrupção e a impunidade, tendo como alvo privilegiado o governo Quéricia, o

partido se insira na luta política nacional, no debate sobre o projeto para o país e a forma de governá-lo;

b) Que se contraponha à forma como a elite conservadora se apropria do Estado- governando segundo seus interesses particularistas- o modo petista de governar, com transparência, sem corrupção, com desprivatização do espaço público.

Porém, a suposição central é que seja possível mobilizar o partido com esses objetivos. O que se está imaginando o "cerco e ocupação" da Assembléia Legislativa de São Paulo. É a combinação da tática institucional com a de mobilização e pressão direta.

É o PT de novo nas ruas. Contra a corrupção e pelo fim da impunidade.

*Bancada Estadual do PT em São Paulo*

# Quem não paga, não vota

O Diretório Nacional, na reunião de 26 de agosto aprovou regulamentações específicas sobre finanças do partido em relação ao I Congresso do PT. A grande novidade foi a normatização sobre a contribuição do filiado:

**“ Para ter direito a voz e voto, o filiado deve estar quites com a tesouraria respectiva no mínimo pelo prazo de 8 (oito) meses antes do Encontro (salvo se a filiação se houver dado após este prazo). Esta medida não afeta as contribuições e repasses entre as instâncias partidárias e dos parlamentares e detentores de mandatos executivos, bem como dos cargos de confiança nos legislativos e executivos, para com as respectivas instâncias.”**

Isto significa que o filiado que pagar a sua contribuição partidária - 1% do salário declarado - desde janeiro de 1991 estará apto para votar e ser votado para o 1º Congresso.

O 7º Encontro Nacional delegou poderes ao Diretório Nacional de estabelecer critérios especiais para o 1º Congresso. O regimento interno determina como período para pagamento o último encontro realizado. Muitos diretórios municipais fizeram encontros em diferentes datas, o que dificultava a aplicação “ao pé da letra” das normas regimentais. Outro argumento a considerar é o desejo de participar do Congresso por parte de inúmeros petistas que estavam fora da vida partidária. A política de

finanças é um elemento fundamental na construção partidária e não uma camisa de força. A resolução do Diretório Nacional uniformiza um critério, permitindo a participação do filiado da forma mais ampla, mantendo-se o compromisso com a construção partidária no seu dia a dia.

Esta atualização na política de finanças não é extensiva a parlamentares, assessores e detentores de mandatos executivos, nem afeta os repasses entre instâncias partidárias.

**Como ficam as normas para as contribuições:**

1) *Filiado: deve estar em dia com seu diretório de base (contribuição de 1% do salário declarado) nos oito meses anteriores ao encontro (setembro de 1991).*

2) *Novo Filiado: deve estar em dia com seu diretório de base desde o mês em que se filiou. A data limite para filiação e participação com direito a voto no Congresso foi 31 de julho.*

3) *Parlamentares, prefeitos e vice, assessores e cargos de confiança: devem estar em dia com o partido, segundo a tabela de contribuição, a partir da posse.*

4) *Núcleos, DZs, DMs e DRs: devem estar em dia com os repasses devidos às instâncias superiores. Não há anistia. Isto significa que o delegado de uma instância devedora não poderá participar do encontro.*

## Situação dos estados:

**ACRE** - Efetuou repasses nos meses de abril e maio, referentes à cotização de DMs. Não repassa a parcela da contribuição dos deputados. Não respondeu a circular 025/91 da SNF sobre pedido de balancetes.

**ALAGOAS** - Deve de junho 90 a julho 91. Não respondeu a circular 20/91 da SNF sobre pedido dos balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**AMAPÁ** - Deve de junho 90 a julho 91. Não respondeu a circular 17/91 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**AMAZONAS** - Encaminhou ao DN em julho o valor de Cr\$ 133.900,00 sem especificar a que se refere. Não respondeu circular 23/91 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**BAHIA** - Deve de junho 90 a julho 91. Não respondeu circular 11/91 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**CEARÁ** - Vem cumprindo acordo com o DN sobre pagamento de repasses atrasados.

**DISTRITO FEDERAL** - Deve de maio de 89 a dezembro de 90, mais os meses de março, maio, junho e julho de 91. Através da circular 21/91, a SNF solicitou que o DR/DF encaminhasse os balancetes do período da dívida e proposta de pagamento, mas não tivemos resposta.

**ESPÍRITO SANTO** - Foram solicitados, através da circular 10/91, da SNF, balancetes para apurarmos a dívida do DR/ES. O DR deve ao DN de junho 90 a julho 91. Em janeiro de 91 encaminhou Cr\$ 470.000,00 à SNF. O DR encaminhou ao Diretório Nacional proposta no sentido de efetuar todos os repasses em atraso.

**GOIAS** - Deve de junho 90 a julho 91 ao DN. Não respondeu a circular 24/91 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**MARANHÃO** - Deve de junho 90 a julho 91. Não respondeu a circular 1991 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**MATO GROSSO** - Deve de janeiro 91 a julho 91. Não respondeu a circular 222/91 da SNF sobre pedido de balancetes e

proposta de pagamento de repasses.

**MATO GROSSO DO SUL** - Está em dia com o DN.

**MINAS GERAIS** - Vem cumprindo acordo com o DN sobre pagamento de repasses atrasados.

**PARÁ** - Vem cumprindo acordo com o DN sobre pagamento de repasses atrasados.

**PARAÍBA** - Está em dia com o DN

**PARANÁ** - Deve os meses de outubro, novembro e dezembro de 90. Efetuou depósitos sem enviar balancetes e sem especificar a que se referem essas quantias. Envia os repasses dos meses de 91 regularmente.

**PERNAMBUCO** - Deve de junho 90 a julho 91. Não respondeu a circular 12/91 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**PIAUI** - Deve de junho 90 a julho 91. Não respondeu a circular 13/91 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**RIO DE JANEIRO** - Está em dia com o DN.

**RIO GRANDE DO NORTE** - Deve de junho 90 a julho 91. Não respondeu a circular 18/91 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**RIO GRANDE DO SUL** - O DR/RS está em dia com a SNF. Foram solicitados balancetes do período de junho 90 a julho 91 para confrontarmos com os repasses recebidos.

**RONDÔNIA** - Deve de junho 90 a julho 91. Encaminhou proposta a SNF no sentido de quitar sua dívida e deixar o estado apto a participar do I Congresso.

**RORAIMA** - Deve de junho 90 a julho 91. Não respondeu a circular 16/91 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

**SANTA CATARINA** - Está em dia com o DN.

**SÃO PAULO** - Encaminhou balancetes à SNF. Quitou a dívida com relação aos repasses de junho de 90 a julho de 91.

**SERGIPE** - Vem cumprindo acordo com o DN sobre pagamento de repasses atrasados.

**TOCANTINS** - Deve de junho 90 a julho 91. Não respondeu a circular 14/91 da SNF sobre pedido de balancetes e proposta de pagamento de repasses.

## Repasses do Congresso Nacional

Esses são os deputados que devem ao partido:

1. **João Paulo Vasconcelos (MG):** dívida relativa às contribuições do segundo semestre de 1990, que não foram pagas levando em consideração a inflação do período. Atualizada em valores de agosto de 1991, a dívida é de Cr\$ 1.927.110,80

2. **Ricardo Moraes (AM):**

deve os repasses de junho, julho e agosto de 1991, totalizando Cr\$ 1.866.682,80. Já acertou o pagamento da dívida a partir de 10 de setembro de 91, sem prejuízo dos próximos repasses.

3. **Agostinho Valente (MG)**

O deputado Agostinho Valente já abateu de sua dívida Cr\$ 337.204,66 e no próximo mês a liquidará.

## BALANCETE DO MÊS DE JULHO

### Receitas

repasses DRs - 25,74%  
repasses parlamentares - 39,94%  
repasses gab. parlamentares - 16,28%  
receitas bancárias - 0,73%  
materiais do I Congresso - 13,43%  
material gráfico - 2,28%  
ressarcimento de despesas - 1,56%

### Despesas

despesas com pessoal - 44,89%  
manutenção da sede - 21,00%  
transporte - 13,17%  
alimentação e hospedagem - 6,20%  
despesas fiscais - 0,17%  
móveis e utensílios - 1,08%  
material gráfico - 0,13%  
I Congresso - 16,64%  
Boletim Nacional - 1,35%  
outras - 2,17%

Os negros e o I Congresso

## Temos que fazer a nossa parte



Foto: Arquivo BN

O terceiro número do **Jornal do Congresso** publica o resultado-parcial- do trabalho das comissões temáticas, constituídas pelo Diretório Nacional, referentes ao tema Reorganização Partidária.

Ao discutir a participação de setores discriminados no Partido dos Trabalhadores, no que diz respeito à questão racial negra, começa afirmando que “é incipiente o desenvolvimento político e a estruturação orgânica do trabalho voltado para a luta anti-racista a nível partidário. Esta realidade é contraditória com o fato de que grande número de militantes do movimento negro organizado no país sejam petistas ou simpatizantes do PT e muitos atuantes em todos os anos de construção do partido”.

Essa afirmativa vai de encontro a uma parte do texto “A questão racial negra nos 11 anos do PT”, publicado no primeiro número de **Cadernos do I Congresso- da Coordenação**

Política Geral do Congresso: “Entretanto, os impactos dessa militância- seja no cotidiano do

partido, na composição dos organismos de direção, na própria formulação de seu projeto político para a sociedade brasileira- podem ser considerados precários nesses 11 anos de vida”.

A partir dessas afirmações é que consideramos acertada a decisão do Diretório Nacional de possibilitar que os encontros setoriais preparatórios ao I Congresso do PT- sindical, juventude, mulheres, negros, ecologistas, agrário, saúde, educação, portadores de deficiência, assuntos indígenas e transporte- moradia- associações de moradores- tenham direito de eleger delegados aos encontros estaduais e diretamente ao Congresso.

As direções partidárias, sempre criticadas- corretamente- pelos que militam em torno da questão racial por não entenderem a importância desta luta na construção de um projeto político para as relações sociais no Brasil, já fizeram sua parte.

A realização dos encontros

setoriais, além de possibilitar a presença da militância racial negra no I Congresso, tem um papel ainda maior. O de possibilitar, também, que essa militância dê sua contribuição para que nosso partido, num momento importante de sua vida, em que é referência da luta socialista- ainda existimos-, não só no Brasil, mas em todo mundo, entenda no seu conjunto que o racismo é um instrumento de dominação e exclusão. Que essa compreensão e sua incorporação nas decisões do Congresso adquiram um caráter transformador num país de grande população de origem negra, onde o elemento racial, somado à situação de violência e miséria, é responsável pelo grau de exploração, dominação e extermínio da classe trabalhadora e pobre.

**Temos que fazer a nossa parte** nos empenhando na realização de nossos encontros setoriais.

*Flávio Jorge Rodrigues da Silva*  
Coordenador da Sub-Secretaria  
Nacional de Negros do PT

## Encontro de ecologistas do PT

Realizado em Angra dos Reis, entre os dias 23 e 25 de agosto, o Encontro Nacional de Ecologistas do PT foi coroado de sucesso. Razões para pensar desta forma não são poucas, especialmente pelo grande consenso encontrado entre os ecologistas petistas de todo o país, representados por treze estados. Esse consenso refletiu-se, por exemplo, na defesa do Eco-Socialismo como matriz para construir uma nova sociedade, baseada na defesa conjunta da Democracia, Justiça Social e Ecologia.

É o “Socialismo do Ser”, crítico do economicismo e do produtivismo que caracterizam não só a concepção burguesa de mundo, mas também a de amplos setores da esquerda tradicional. O avanço desta proposta apenas pode se dar com diálogo intenso e sistemático com a sociedade civil. Pensar Eco-Socialismo conjuga-se com uma atuação preocupada em fortalecer, no campo progressista, uma nova visão de mundo: a ecológica.

Ainda no terreno das preocupações comuns, o Encontro deu visibilidade à necessidade de fortalecer as entidades ecológicas- que são o “sindicato” do movimento- e, quanto ao partido, a necessidade de criar uma Secretaria de Ecologistas, desdobramento da Sub-Secretaria já existente.

Acima de tudo, trabalhar para que todos- partido, movimento e conjunto da sociedade- não vejam ecologia como um assunto a mais, mas um assunto que perpassa todos os demais assuntos.

Esses desafios deverão ser enfrentados pela nova Coordenação Nacional dos Ecologistas do PT, indicada no Encontro. Giovani Gregol(RS), Luiz Eduardo Cheida(PR), Fernando To es(MG), João Bosco Senra(MG), Carlos Walter Porto Gonçalves(RJ) e Maurício Waldman(SP), membros da coordenação anterior, foram confirmados na nova coordenação, que agora será enriquecida com a contribuição de novos companheiros, todos com indiscutível militância ambientalista: Osmarino Amâncio Rodrigues(AC), Vera Rotondo(SP), Carlos Minc(RJ), Detinha(ES), Darcy M. de Bittencourt(RS) e Lygia Lumina Bubatto(PR). A esses companheiros, ficou delegada a responsabilidade de, em conjunto com todos os ecologistas petistas, fazer avançar a consciência ecológica do partido. Com certeza serão bem sucedidos.

*Maurício Waldman*  
Coordenação Nacional de  
Ecologistas do PT

# Escola Pública de qualidade é possível e necessária

Selma Rocha

A Educação tem que ser uma prioridade nacional. Com essa convicção, a última reunião da Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT- CAED apresentou ao partido uma proposta de campanha nacional cujo lema será: "A Escola Pública de qualidade é possível e necessária".

Esse lema se traduz nos seguintes termos: é preciso assegurar a crianças e jovens o direito de ter escola- democratização do acesso, o direito de ficar na escola- mudanças estruturais na qualidade de ensino de modo a combater os índices de evasão e repetência, e o direito de intervir na vida da escola e na política educacional- democratização da gestão da escola e do sistema nacional de educação.

A reunião da CAED aconteceu nos dias 24 e 25 de agosto, no Rio de Janeiro com a presença dos companheiros eleitos no Encontro de Educação de 1989, secretários de Educação das administrações petistas, companheiros que atuam nas entidades nacionais da área de educação e parlamentares petistas. Estavam presentes também Lula, Luis Dulci, do Diretório Nacional, e Jorge Bittar, secretário nacional de Assuntos Institucionais. A comissão vem se reunindo com esta composição desde a campanha presidencial e elaborando propostas para a atuação do PT em suas várias frentes de ação.

## A Campanha

Vídeos, programas de rádio e documentos com nossas propostas estão sendo produzidos para serem divulgados em todo o país. A idéia é lançar a campanha na primeira quinzena de outubro, num grande evento em São Paulo, que conte com a participação de sindicalistas, parlamentares, movimentos populares, intelectuais e artistas de todas as áreas.

O objetivo da campanha também

é deixar claro ao país que uma boa Educação Pública não é possível apenas no campo das idéias e dos projetos. Ela já é a realidade hoje, no conjunto das cidades governadas pelo PT. Como dizem os companheiros de São Bernardo, é preciso dizer ao país que isso é coisa do PT.

A política educacional defendida pelo PT e executada hoje pelas administrações municipais petistas deve e pode se constituir em referência nacional e agregar setores significativos da sociedade na defesa da Escola Pública Popular, Democrática e de Qualidade.

## Eventos

Os passos seguintes serão eventos regionais nos estados, evento em Brasília- que deverá reunir parlamentares da área, prefeitos, secretários de educação para discussão das iniciativas institucionais, bem como o lançamento de vídeos.

Outra iniciativa proposta é a realização de um encontro de parlamentares da área de Educação para a discussão da elaboração de projetos de lei em todo o país. Além disso, a sugestão é que se produzam camisetas, cartazes e buttons para a divulgação da campanha em todos os setores.

A proposta da campanha foi examinada e aprovada pela Executiva Nacional no dia dois de setembro e deverá agora ser encaminhada a outros setores e a todas as instâncias partidárias.

## Quadro caótico

O Brasil tem hoje cerca de 30 milhões de analfabetos, sete milhões de crianças fora da escola e índices brutais de evasão e repetência nas escolas de todo o país. Em média 20 por cento dos alunos de primeiro grau são reprovados todos os anos, e 14 por cento abandonam as salas de aula pelas péssimas condições de vida ou pelas péssimas condições das escolas. Apenas 1,14 por cento da população frequenta o ensino

superior.

Este quadro tem se agravado nos últimos 30 anos e ameaça as condições de exercício da cidadania de milhões de pessoas na medida em que o acesso à produção cultural historicamente acumulado não é minimamente garantido, essas condições contribuem para a superexploração do trabalho e limitam a participação na vida política e social do país.

Por essas razões, a Educação é hoje uma questão nacional da maior importância, que não pode continuar a ser objeto de um tratamento isolado, como problema apenas de educadores, alunos e funcionários. Aliás, é essa percepção que fundamenta as ações demagógicas e pirotécnicas de nosso presidente.

## Demagogia

O Projeto Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), de Chiarelli, e o anúncio de criação dos Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs), agora sob a direção do ministro Goldemberg, demonstram que também o presidente Collor percebe a necessidade de respostas ao problema.

Ao mesmo tempo que se desenvolvem esses dois projetos- que não solucionam a questão da qualidade de ensino, a democratização do acesso de crianças e jovens à superação da enorme dívida social com jovens e adultos analfabetos e a interferência da comunidade educacional nos rumos da escola e da educação- os discursos governamentais são marcados pela exaltação da excelência do privado sobre o público e por ações que aprofundam o curso de privatização do ensino.

A prática neoliberal naturalmente não revela que as péssimas condições da escola pública são o subproduto de uma política deliberada de sucateamento do ensino que tem como marcos as reformas educacionais de 1968 e 1971. A

garantia desses direitos não ocorrerá a partir de ações tópicas ou espetaculares, mas de uma política de conjunto.

## Nossas propostas

Alcançar uma escola pública de qualidade requer a garantia de alguns pontos básicos. A reunião da CAED listou itens fundamentais, reivindicações que deveremos assegurar:

1- A formação permanente do educador, de modo que ele seja visto como construtor do processo educativo, e planos de carreira e salários que recuperem sua dignidade profissional;

2- Uma política pedagógica que viabilize a experiência social e cultural do educando, o trabalho com conteúdos significativos e mudanças no sistema de avaliação, de modo a reduzir significativamente os índices de evasão e repetência;

3- A recuperação e manutenção dos prédios escolares;

4- A existência de equipamentos e material pedagógico nas escolas;

5- A descentralização do sistema, entendida aqui não como transferência de responsabilidades, mas, principalmente, como a criação de canais reais de participação e decisão da população para interferência efetiva na vida da escola e do sistema;

A colaboração entre as três esferas de poder- União, estados e municípios, conforme dita o artigo 211 da Constituição Federal, é absolutamente necessária para a implantação dessa política, que deverá ser balizada pelas definições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que tem sido objeto de inúmeras investidas- as mais conservadoras- no Congresso.

Educação é urgente. Vamos lá.

*Selma Rocha é assessora da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e membro da Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT*

# O Fundo Nacional de Moradia Popular está nas ruas

A campanha de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, criando o Fundo Nacional de Moradia Popular já é uma realidade. Por iniciativa dos movimentos ligados à questão habitacional desde o final do ano passado, houve o envolvimento de diversas forças para concretizar as propostas que serão levadas ao Congresso Nacional, nos dias 18 e 19 de novembro de 1991, quando acontecerá a I Caravana dos Movimentos Populares a Brasília.

Diversos companheiros e personalidades públicas já explicitaram seu apoio, assinando o Projeto de Lei

de Iniciativa Popular, o que engrandeceu sobremaneira a luta. São eles: D. Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, Luiza Erundina, prefeita de São Paulo, Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores, além de vários deputados federais, estaduais e vereadores de diversos partidos e estados.

O processo de construção do Fundo Nacional de Moradia Popular está exigindo esforços coletivos e, no

momento, a concentração da luta está se dando na coleta de um milhão de assinaturas. O balanço inicial, embora positivo, aponta a necessidade de que movimentos, entidades, parlamentares e administrações comprometidas com a luta por melhores condições de vida invistam amplamente na divulgação e coleta das assinaturas.

## O Projeto:

1- Atendimento à população moradora em favelas, cortiços, palafitas, loteamentos clandestinos, alugueis e que tenham uma renda familiar na faixa de zero a dez salários mínimos.

2 - Será priorizado o atendimento às associações de moradores, cooperativas habitacionais e sindicatos.

3 - Os recursos financeiros virão, prioritariamente, do FGTS, de dotação orçamentária específica, de porcentagens de loterias.

4 - O Fundo será controlado por um Conselho Nacional formado por representantes dos movimentos sociais, Congresso Nacional e centrais sindicais.

**Para maiores informações:**  
**FASE- São Paulo- fones**  
**(011)549-3888 e 549- 1307 (Flávio ou Márcia)**

# Mulheres petistas avançam sua organização e se preparam para o I Congresso

## Tatau Godinho

Foi realizado nos dias 16, 17 e 18 de agosto, em Ibirité, Grande Belo Horizonte, o III Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, participaram 111 delegadas de 15 estados, eleitas em encontros ou plenárias estaduais. Foi significativa, também, a participação de mulheres negras, que insistiram na necessidade de investirmos mais nesse trabalho.

A pauta do encontro, voltada para a discussão da intervenção das militantes petistas em diferentes áreas e sua participação no partido, abordou, além das discussões mais vinculadas à preparação do I Congresso, os seguintes pontos: **Feminismo e Políticas Públicas no PT** - iniciando uma avaliação coletiva da intervenção das prefeituras petistas na implementação de políticas públicas em relação às mulheres, **Desafios e perspectivas do movimento de mulheres** - discutindo a relação do PT com o movimento e as prioridades de lutas para o período.

Na discussão sobre **Feminismo e Socialismo**, o encontro aprovou emendas ao texto já divulgado no **Jornal do Congresso nº 3**. Em linhas gerais, se busca apontar o papel da luta contra a opressão das mulheres na proposta de socialismo discutida pelo PT.

## Construção partidária

Mas, sem dúvida, as discussões que mais envolveram a plenária do Encontro foram os pontos sobre **Feminismo e Construção Partidária**: as formas de organização das mulheres no PT, as criação das Secretarias específicas e as formas de organização de base; a necessidade

de aprofundar a relação dessas estruturas com as instâncias de direção; a exigência de se ampliar a participação das mulheres nas instâncias de direção; a ênfase na política de formação; a necessidade de se apontar para elementos centrais de uma ética partidária que rejeite todas as formas de opressão e discriminação das mulheres.

A discussão mais polêmica foi a definição de um percentual de mulheres nas instâncias de direção - uma cota definida de de companheiras para todas as instâncias de direção partidária. Vários dos pontos desta discussão foram apresentados em um documento de propostas para o regimento interno do PT apresentado pela Sub-Secretaria Nacional de Mulheres. Este texto, já divulgado no **Jornal do Congresso nº 3**, foi aprovado com algumas emendas.

Partindo-se de um balanço das dificuldades e da importância de

ampliarmos a organização das mulheres no PT, de avançarmos na identidade efetiva do partido com essa luta, foi aprovada como forma de organização das mulheres no partido a constituição de secretarias específicas nos diversos níveis de estruturação do PT.

## Cota mínima

No debate sobre a construção de uma política que busque superar a reprodução da discriminação das mulheres dentro do PT - romper com uma dinâmica de exclusão das mulheres dos espaços de direção e poder - foi aprovada a defesa de uma **cota mínima de 30 por cento de mulheres nas instâncias de direção do PT**. Ao se reconhecer que esta medida deve fazer parte de uma política geral de ação afirmativa - de uma série de medidas que busquem superar as condições desiguais e desfavoráveis para a militância das mulheres - procura-se, também,

intervir de forma consciente para alterar a correlação entre mulheres e homens nas instâncias de direção.

Historicamente, nos seus 11 anos, a direção nacional do PT tem sido constituída por cerca de 95 por cento de companheiros homens. E nos diretórios regionais a situação não é diferente. Falar em democracia no PT significa também construir os passos necessários para eliminar esta desigualdade. Uma cota mínima de mulheres nas direções é um passo importante e um desafio que o Encontro Nacional coloca para o I Congresso.

Avaliando as diferenças de realidade do PT a nível nacional, o encontro aprovou a possibilidade de que, na primeira eleição após o Congresso, onde não se considerar viável a implementação imediata dessa cota, as direções tenham a alternativa de trabalhar com a implementação de uma cota de mulheres nas direções proporcional ao percentual de mulheres presentes nos encontros. Nesse caso, será garantida uma proporção mínima de mulheres na indicação das delegações.

## Coordenação

O Encontro também avaliou que a realização de encontros setoriais é uma iniciativa importante visando a participação de mulheres no I Congresso.

Foi renovada a coordenação da Sub-Secretaria Nacional de Mulheres, composta por um grupo fixo de companheiras dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e representante das mulheres negras, com a participação aberta a uma companheira de cada um dos demais estados.

Foto: Roberto Perzotti



## IMPRENSA

# PT- RS lança "Utopia"

Uma entrevista com o filósofo francês Cornelius Castoriadis, um debate sobre a atualidade do marxismo e uma crônica de Affonso Romano de Sant'Anna estão no número experimental do jornal **Utopia**, lançado pela Secretaria de Comunicação do Diretório Regional do PT do Rio Grande do Sul.

Lançado com o objetivo de se constituir "num espaço para o trânsito

das idéias - todas elas", **Utopia** dirige-se, especialmente, aos militantes e filiados do PT, sem, entretanto, adotar critérios estritos que impeçam a presença, em suas páginas, da pluralidade de temas que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Neste "número zero", **Utopia** traz artigos de Eric Hobsbawm - "Mudança do proletariado provoca crise das

esquerdas", Paulo G. Fagundes Vizentini - "Mercosul: Problemas e perspectivas", e um debate entre Raul Pont, Márcia Camargo, Marcos Rolim, Roberto Robaiana, Marcos Azevedo, Domingos Todero, Selvino Heck e Gerson Almeida sobre a atualidade do marxismo, entre outros assuntos.

**Utopia** será sustentado, basicamente, com a venda de

assinaturas, cujo valor é calculado multiplicando-se o número de exemplares que se deseja receber pelo preço de capa da última edição.

Os pedidos devem ser remetidos, junto com cheque cruzado e nominal, ao Partido dos Trabalhadores-RS, Avenida João Pessoa nº 1415, Azenha, Porto Alegre-RS, CEP 90.040.

*Até onde vai a autonomia das administrações petistas? O direito do PT de cobrar a aplicação de seus objetivos programáticos atrapalha o trabalho de nossos prefeitos? A relação partido/administrações ainda é um assunto que estimula a polêmica entre nós, como se viu no seminário promovido pela Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais nos dias 16 e 17 de agosto.*

*Apesar disso, já alcançamos sensíveis avanços e amadurecimento. Para os 18 prefeitos, 32 secretários e sub-secretários municipais, dirigentes municipais e regionais que participaram do seminário, a maioria dos atritos partido/administrações pode ser contornada com mais informação. Sem o conhecimento das limitações de uma administração municipal, surgem as cobranças.*

*Mas numa coisa os participantes do seminário concordam. o Modo Petista de Governar está sendo construído e já se caracteriza por três grandes marcas: a moralização da máquina, a inversão de prioridades e a busca de canais que garantam a participação popular na administração. Além das resoluções do Seminário, que publicamos a seguir, os participantes do Seminário elaboram um documento mais detalhado, que será sua contribuição ao I Congresso do PT.*

## Construindo um modo petista de governar

Ao assumir os governos municipais, os prefeitos petistas criaram uma expectativa de liberdade e de justiça social. Encontramos uma máquina administrativa viciada pela prática clientelista e impregnada pela corrupção, voltada não para o atendimento da população - mas, sim, para facilitar a apropriação privada dos interesses públicos.

Desenvolvemos em nossas gestões uma ação de enfrentamento da crise econômica que se apresenta como alternativa à política recessiva do Governo Collor. A materialização desta ação dos prefeitos petistas se expressa na organização de fóruns contra a recessão com a participação de trabalhadores, lideranças populares e setores empresariais. Nossas prefeituras sustentam, como no caso dos debates sobre a privatização do sistema portuário e da Usiminas, a necessidade de democratização da empresa pública, transferindo-a para a posse dos trabalhadores brasileiros, seus legítimos proprietários de fato e

de direito.

Frente à proposta neoliberal de privatização, as prefeituras petistas, ao lado de nossas bancadas legislativas municipais, estaduais e federais, indicam um caminho de modernização democrática do serviço público, em que a eficiência da administração está combinada com a facilidade do controle do Estado pela sociedade.

Com essa concepção de desprivatização do Estado, temos defendido uma revisão do grau de centralização de nossos recursos, numa perspectiva de redefinição dos fundos públicos sob o controle da sociedade civil organizada. Esta ação se manifesta nos fundos municipais de desenvolvimento urbano e, principalmente, no controle dos recursos do Sistema Único de Saúde.

Nesse momento, em que é essencial para os municípios o aumento de investimentos em áreas sociais para enfrentar a degradação das condições de vida da grande maioria da população brasileira, o governo Collor propõe o

retorno da política de centralização de recursos, sob a alegação de que é necessário resolver a questão do déficit público.

Esta atual proposta de reforma tributária do governo Collor, além de não incorporar uma diferenciação social na forma de arrecadação, retoma o debate sobre os critérios de distribuição de recursos nas esferas municipais e estaduais. A prática do "é dando que se recebe" faz parte de uma triste herança da política brasileira. Não existem mecanismos de definição de prioridades e não há fóruns capazes de decidi-los. A proposta da Frente Nacional de Prefeitos, de caráter suprapartidário, tem trabalhado para reavivar o poder político dos municípios e defendido uma proposta de reforma tributária democrática, com formas de controle da sociedade civil a nível local e regional.

A imprensa tem explorado muito a dificuldade de relacionamento de nossas administrações com o partido. Esta é uma relação nova na cultura política brasileira, principalmente pela tradição de nepotismo e clientelismo na distribuição de cargos da administração pública. O Partido dos Trabalhadores não quer reproduzir a experiência das elites brasileiras, que submetem os partidos aos governadores e prefeitos. Tampouco confundimos o Estado com o partido. Buscamos, partido e administrações, uma alternativa de relação que seja democrática, onde a preservação da autonomia administrativa não impeça que o partido, tendo eleito os prefeitos, possa acompanhar o cumprimento dos objetivos programáticos.

As ações das prefeituras não se esgotam em si mesmas. Trata-se de construir um projeto alternativo, vislumbrando os contornos de uma ação transformadora para a sociedade. Reconhecemos as dificuldades de implantação desse projeto, em função dos problemas históricos, da degradação das cidades, dos vícios da máquina administrativa e da política neoliberal do governo Collor, mas reconhecemos também a existência de um elo entre as diversas ações das prefeituras, construindo, assim, o modo petista de governar.

O modo petista de governar significa uma ação de desprivatizar o Estado e de transformar o estatal em público, combatendo a exploração mercantil de serviços essenciais. Nossa proposta de moralização, marcada pelo fim da corrupção nos processos de licitações e de combate ao desperdício, se insere num projeto maior de recuperação da dimensão pública dos serviços básicos da administração municipal.

O modo petista de governar impõe uma inversão de prioridades, combatendo as obras supérfluas, priorizando as obras sociais e investindo na ampliação da infraestrutura básica para as áreas mais carentes. A prioridade de investimentos nas periferias urbanas envolve a redefinição da utilização de fundos públicos de forma a atender e garantir uma apropriação coletiva da cidade. Uma nova concepção de desenvolvimento, favorável ao homem e ao meio ambiente, apoiada numa proposta de reorganização do território, desconcentração urbana, que reatue a reforma urbana e agrária.

O modo petista de governar incorpora a participação como elemento decisivo para sustentar uma ampliação da democracia com formas mais diretas de controle popular, como tem ocorrido em todas as nossas prefeituras, com a formação dos conselhos de orçamento. Invertem-se, também, as formas tradicionais de governo - práticas clientelistas e populistas - na alocação de recursos para obras em bairros populares. Frente à política tradicional de favores e privilégios, contrapomos a política de direitos e cidadania.

O modo petista de governar pressupõe uma política de alianças, não no sentido eleitoral, mas numa dimensão de ampliação de um projeto democrático e popular. Um processo cumulativo de construção de um modo petista de governar para o qual nossos prefeitos têm dado contribuições decisivas, unindo suas ações diferenciadas localmente na construção da sociedade justa, democrática e libertária.

*Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1991*

## Resoluções do Seminário

1- Os seminários nacionais de Políticas Setoriais e o seminário "O Modo Petista de Governar" produziram grandes avanços no processo de reflexão sobre a atuação política do PT à frente dos executivos municipais. No entanto, é necessário que esse processo prossiga com novos seminários, com o objetivo de consolidar nossa concepção democrática de governo, bem como no sentido de melhor precisar as diretrizes de políticas setoriais e sociais do PT. Novo ciclo de seminários deve ser realizado no primeiro semestre de 1992, tendo em vista, inclusive, as eleições municipais.

2- Foi formado um Conselho

Consultivo da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais que terá como primeira tarefa a elaboração do documento de resolução do seminário, que se constituirá em contribuição aos debates do I Congresso do PT.

A comissão:

Luiza Erundina - prefeita de São Paulo  
Vitor Buaiz - prefeito de Vitória  
Celso Daniel - prefeito de Santo André  
José Machado - prefeito de Piracicaba  
Chico Ferramenta - prefeito de Ipatinga  
José Maria Tardin - prefeito de São João do Triunfo  
Neirobis Nagae - prefeito de Angra dos Reis

Representantes dos diretórios regionais

do Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais

Representantes dos diretórios municipais de Porto Alegre, São Paulo e Ipatinga.

3- Aprovado manifesto à sociedade sobre "O Modo Petista de Governar"

4 - A SNAI, em comum acordo com o INAPPE e o Governo Paralelo, formará banco de informações sobre as nossas experiências nas administrações municipais. Paralelamente, deverão ser criados meios de divulgação dessas experiências.

5 - Serão realizados seminários regionais no país, visando democratizar no partido o debate sobre as administrações municipais.

6 - Será realizado projeto de vídeo para divulgar o Modo Petista de

Governar.

7 - A SNAI, como integrante da comissão do Diretório Nacional sobre as eleições de 92, procurará assessorar os DRs e DMs no processo de elaboração de programas de governo e de escolha de candidatos.

8 - Será realizada exposição sobre a experiência das prefeituras administradas pelo PT durante o I Congresso do partido.

9 - A SNAI dará atenção especial à assessoria das prefeituras de cidades de pequeno porte administradas pelo PT.

10 - Nos encontros setoriais futuros, se processará uma maior integração com o Governo Paralelo e com as demais secretarias do partido.

# Formação Política é Tema de Mesa Redonda Internacional

Entre os dias 12 e 15 de junho/91 realizou-se na cidade do México o II Encontro dos movimentos e partidos políticos de esquerda da América Latina. Paralelamente a esse o PRD (Partido da Revolução Democrática) chamou um encontro para discutir e trocar experiências sobre Educação Política. Representando o PT estava o companheiro Gilberto Carvalho.

O tema da Educação política adquire especial relevância na atual conjuntura, pelos desafios que esta impõe aos partidos políticos de recriar as formas de pensar e fazer política.

Nesta mesa de trabalho participaram 45 companheiros e companheiras de 15 países, entre responsáveis pela educação política de alguns partidos, outros dirigentes políticos e educadores populares de centros de apoio ao movimento popular.

Trabalhou-se combinando experiências individuais, discussão grupal e sessões plenárias de coletivização e debate. Esta metodologia permitiu desenvolver um processo no qual trocaram-se experiências, debateram-se pontos específicos de caráter conceitual e operativo, permitindo-nos chegar a conclusões e propostas comuns.

Partimos de uma análise global da situação latino-americana e dos desafios que ela impõe à educação política, em termos de sua conceitualização em prática.

O que segue é uma síntese das idéias principais que estão contidas em documentos mais amplo.

Desafios para a educação política que nos impõe a atual conjuntura latino-americana:

1) A educação política deve se inscrever na luta das forças políticas e dos movimentos populares pela disputa da hegemonia na condução do conjunto da sociedade.

Isto exige partir do reconhecimento das identidades culturais presentes nas maiorias nacionais e desenvolver uma dimensão massiva, visando incorporar o uso dos meios e pedagogias adequadas.

2) A educação política é uma necessidade no interior dos partidos políticos, mas também, é sobretudo, uma responsabilidade destes para com o conjunto da sociedade, o qual redefine os termos em que ele deve acontecer.

3) A educação política deve contribuir para a democratização de nossas sociedades, mas também, à própria democratização das forças de esquerda, contribuindo para a geração de uma nova cultura política.

4) A educação política deve incorporar e articular as diversas

dimensões presentes nas práticas dos movimentos sociais, como os problemas de gênero, da juventude, de proteção ao meio ambiente e dos direitos humanos.

5) A educação política deve assumir a capacidade das novas gerações, dos quadros populares que têm responsabilidades de condução no terreno social e político. Capacitá-los para o exercício dos cargos do governo - sejam estes locais, regionais ou nacionais - e para o exercício dos cargos de direção dos mesmos partidos, e das organizações sociais.

6) A educação política deve gerar otimismo e confiança na transformação de nossas sociedades e na capacidade das classes populares de construir um futuro de justiça.

## Sentido e características da educação política

A educação política que propomos aponta para a constituição de sujeitos políticos em nossos países, que inscrevendo-se em seus processos de transformação revolucionária, cultivam valores da integralidade humana, como: o espírito crítico, a fraternidade, o otimismo, a alegria e o amor ao povo.

Quanto às suas características se destacam:

a) A necessidade do questionamento permanente e a investigação a respeito dos referenciais teóricos e práticos da ação política.

b) O caráter plural e democrático da formação política, com um permanente esforço de busca a partir das diferenças e respeitando as mesmas.

c) Educar para participação democrática, articulando o individual e o coletivo e cultivando o valor da participação popular.

d) Dar consistência pedagógica ao trabalho de educação política, apropriando-se dos avanços que surjam da multiplicidade das experiências de educação popular que hoje se realizam em todo o nosso continente e que, em especial em Cuba, tem servido de estímulo e orientação para profundas mudanças na preparação dos dirigentes e militantes do PCC.

e) Revalorizar a dimensão individual e pessoal nos processos formativos políticos

f) Educar para a construção e o exercício do poder de maneira democrática.

g) Combater a cultura da ineficiência nas dinâmicas partidárias que se expressa em vícios como o reunionismo e o burocratismo, impulsionando a

participação ativa e crítica dos sujeitos na ação política.

Finalmente, a mesma trabalhou sobre quatro dimensões específicas nas quais intervém a educação política:

### 1) Educação política na construção partidária

É fundamental que o trabalho de educação seja assumido pelo conjunto do partido, o que não nega que a tarefa educativa possa ser coordenada de maneira especializada.

É desejável que as comissões de educação política dos partidos e os centros de apoio ao movimento popular articulem programas coordenados de trabalho educativo.

O âmbito da educação política partidária oferece um lugar privilegiado para o desenho e a recriação de novas formas de fazer política. A educação é um instrumento ideal para trabalhar o "como" do fazer política, realizando a necessária ponte entre o diagnóstico da realidade e a atividade política adequada para transformá-la.

### 2) Educação política e movimentos sociais

Reconhecemos a necessidade de fazer uma profunda revisão crítica da concepção e formas de como temos feito educação política.

Nas décadas passadas trabalhamos com a noção que a estratégia revolucionária já estava pré-definida em sua concepção e objetivos. Para isso bastava que as massas se incorporassem a ela. Isto supôs priorizar aqueles sujeitos sociais com maior capacidade de protesto e confrontação organizados, deixando de lado os setores não organizados, que, em definitivo, nos processos eleitorais, por exemplo, jogam um papel decisivo na eleição dos governos.

Muitos processos de educação popular buscaram a participação ativa, crítica e criadora dos sujeitos sociais, pretendendo sua incorporação às organizações, mas, freqüentemente, quando isto foi conseguido, as estruturas verticais e os métodos autoritários anularam as capacidades criadoras e críticas.

Assistimos, atualmente, a profundas mudanças na dinâmica dos movimentos sociais, transformando-se os fatores de identidade e sua lógica de comportamento. Daí que surgem novas temáticas e modos de relação e organização que exigem adequar a eles os processos de educação e organização política. Para isso é preciso detectar os potenciais presentes nessas novas formas de atuar e de pensar dos setores populares.

É preciso não somente sistematizar estas práticas para extrair seus ensinamentos. É preciso também renovar a capacidade de construção teórica. Senão, a promoção do intercâmbio e articulação entre diversos sujeitos e setores sociais joga um papel chave na construção de fatores de identidade popular coletiva.

É necessário enfatizar na afirmação do ético como fator crucial dos processos formativos. Afirmar os valores centrais que servem de base para a disposição vital de se entregar à causa da construção de uma nova sociedade.

### 3) Educação política e processos eleitorais

Resgata-se, a partir de práticas concretas, a possibilidade de gerar processos de educação massivos, de curto prazo e com produtos concretos. Desmentindo, assim, o prejuízo que relaciona a metodologia da educação popular com experiências micro, de larga duração e resultados difusos.

Por sua vez, revalorizam-se as campanhas eleitorais e, em geral, as ações políticas freqüentemente utilizada nas campanhas como parte dos processos educativos de largo alcance. Neste sentido, elas são um espaço privilegiado para a participação na discussão do programa e a massificação de seu debate.

### 4) Educação política e poder local

O local constitui um espaço privilegiado para o exercício do poder popular, e nesse sentido a educação política deve fortalecer a capacidade de gestão, reforçando a informação e partindo do cotidiano e das necessidades concretas.

Com um ponto especial, a defesa da soberania e autodeterminação em Cuba é uma responsabilidade de todos os latino-americanos, como condição para manter viva a esperança de justiça para nossos povos, pelo que reafirmamos nossa solidariedade com seu processo revolucionário.

Dando continuidade a esse esforço se acordou que esta mesa de educação política, deva dar passos a novas iniciativas de encontros entre as organizações presentes, incentivando a participação das comissões responsáveis dos partidos, movimentos políticos e centros de apoio relacionados.

Acordou-se, ainda, estabelecer uma rede de comunicação permanente entre os participantes da mesa, de modo a manter atualizado o intercâmbio de experiências e reflexões sobre os processos de educação política na América Latina.

# Quem financia a Força Sindical?

O PT, através do deputado José Dirceu (SP), está solicitando informações do governo federal a respeito de recursos públicos que vêm sendo destinados por órgãos governamentais ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e à Central Força Sindical, ambos presididos por Luiz Antonio de Medeiros.

Conforme os requerimentos de informações nºs 529, 530 e 531, encaminhados por José Dirceu, o sindicato dos Metalúrgicos recebeu do Ministério da Saúde, através de convênio com o INAMPS, 457 milhões de cruzeiros para ampliação da sua

rede de ambulatórios e 504 milhões da Caixa Econômica Federal para obras na nova sede-escola da entidade, que terá 17 andares, teatro, lagos, cascatas e jardins. Além destas verbas a Força Sindical está recebendo do Ministério da Educação, através do programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PRONAC), um montante de dinheiro não especificado no requerimento, para programas de alfabetização de sindicatos ligados àquela central sindical.

Os requerimentos questionam o governo quanto ao amparo legal para a concessão destes recursos; procedimentos adotados; objetivos do(s) programas(s); os termos dos

convênios estabelecidos; relação das entidades beneficiadas; critérios para seleção dos beneficiários; e, sobretudo, informações à possibilidade de outras entidades obterem benefícios semelhantes.

Quanto aos recursos repassados pelo PRONAC à Força Sindical, o requerimento destaca que esta é a primeira vez que tal programa beneficia uma central sindical. Até então só haviam sido firmados convênios com entidades patronais da construção civil, como o SINDUSCOM, que receberá Cr\$ 100 milhões.

Em todos estes casos de repasse de verbas fica claro que o governo está

beneficiando a Central de Luiz Antonio de Medeiros, sequer estando estabelecida claramente a legalidade destas concessões. É mais uma demonstração da forma antidemocrática deste governo lidar com os interesses públicos, utilizando o erário para, como já é triste praxe em nosso país, retribuir favores e apoio de políticos e entidades.

Como afirma a conclusão de um dos requerimentos de informações "Para que haja justiça e democracia nos procedimentos do governo federal, esses benefícios devem ser estendidos aos demais sindicatos e centrais sindicais do país".

Com a presença de deputados, senadores, prefeitos, lideranças sindicais e empresariais, movimentos populares e, inclusive do presidente nacional do PT, a Central Única dos Trabalhadores lançou no último dia 19 de agosto a campanha nacional do FGTS ("O Trabalhador de olho do FGTS"), para dar respaldo ao projeto de lei "Fundo Garantido" elaborado pela Central e já subscrito pelo PT, PCB, PSB, PDT e PSDB.

O projeto de lei "Fundo Garantido" originou-se da constatação - que não é recente, mas foi reforçada com a participação da CUT no Conselho Curador do FGTS - de que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado em 1966 com a justificativa de beneficiar o trabalhador, vem sendo durante todos estes anos

## De olho no FGTS

utilizado para finalidades que nada têm a ver com seus objetivos originais, que eram os de garantir indenização para o trabalhador em caso de demissão e fornecer recursos para construção de moradias para a população de baixa renda.

A utilização criminosa dos recursos do FGTS por sucessivos governos gerou uma situação de total descontrole e de grandes rombos causados por fraudes e malversação. Somente em aplicações no mercado financeiro o FGTS perdeu cerca de 390 bilhões de cruzeiros (cerca de 1.3 milhões de dólares) denuncia a

CUT. Para se ter idéia do que isso significa, basta dizer que daria para construir 256 mil casas populares pelo Plano de Ação Imediata de Habitação (PAIH), gerando 294 mil empregos e beneficiando 947 mil pessoas hoje sem moradia.

Além disso os recursos do FGTS têm sido largamente utilizados pelo governo federal para "convencer" governadores, deputados e senadores a darem apoio aos projetos do Executivo no Congresso Nacional, alocando tais verbas nos estados e municípios de acordo com essa "prioridade".

Com o projeto pretende-se garantir a centralização de todas as contas no âmbito da Caixa Econômica Federal; a ampliação da participação da sociedade civil no Conselho Curador do Fundo e a destinação efetiva dos seus recursos para saneamento, infraestrutura e, para construção de moradias populares (veja principais pontos do projeto no box).

A campanha possui um telefone para denúncias sobre falcatruas e irregularidades no FGTS. O número é (061) 226-6573. Possui também um cartaz e um jornal ("Jornal do Chicinho"), que leva o nome do personagem símbolo da campanha - o Chicinho - que se autodefine como "um cidadão brasileiro, decepcionado com a crescente onda de maracutaia".

Art 1º - O Art. 3º (da lei 8.036/90) e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

Art. 3º. O FGTS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador que terá a seguinte constituição:

I- 5 representantes do poder Executivo.

II- 3 representantes dos empregados.

III- 3 representantes dos empregadores.

IV- 9 representantes de outras entidades da sociedade civil.

(...)

Parágrafo 2º- A representação das entidades da sociedade civil, mencionadas no inciso IV do parágrafo primeiro deste artigo, terá a seguinte composição:

I- 1 representante do Congresso nacional dos movimentos de moradia popular.

II- 1 representante da Associação Brasileira das Empresas Públicas Municipais de Saneamento Básico.

III- 1 representante da Associação Brasileira de Companhias de Habitação Popular.

IV- 1 representante do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (DIEESE).

V- 1 representante do Instituto de Engenharia.

VII- 1 representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

VIII- 1 representante do Fórum Nacional das Prefeituras Municipais.

IX- 1 representante dos Conselhos Estaduais de Habitação, constituídos na forma aqui disposta.

(...)

Parágrafo 4º. Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais, vedada a dupla representação.

(...)

Art. 3º - Os parâmetros para a definição das prioridades de investimento com recursos do FGTS nas unidades da federação serão oferecidas por Conselhos Estaduais de Habitação que serão constituídos da seguinte forma:

I- 2 representantes do Poder Executivo Estadual.

II- 1 representante do Poder Legislativo Estadual.

III- 1 representante da Caixa Econômica Federal.

IV- 2 representantes dos empregados.

V- 2 representantes dos empregadores.

VI- 1 representante dos movimentos de moradia popular.

VII- 1 representante das Companhias de Habitação Popular

VIII- 1 representante do setor de

saneamento básico.

IX- 1 representante da Associação Brasileira de Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança - Abecip.

X- 1 representante da Associação Brasileira de Institutos de Cooperativas - Abicop.

XI- 1 representante da seção Estadual do Fórum Nacional das Prefeituras Municipais.

(...)

Art. 9º - ....

Parágrafo 2º. Os recolhimentos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e tenham remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de caderneta de poupança.

Parágrafo 6º. Dos recursos destinados à habitação popular, pelo menos 20% serão alocados à população cuja renda não supere a 3 salários mínimos mensais.

(...)

Art. 6º - o art. 12 e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

Art. 12º - Entre o período de 30 de maio de 1991 e 31 de dezembro de 1991 a Caixa Econômica Federal procederá à centralização das contas do FGTS, assumindo o controle de todas as contas vinculadas, nos termos do item I do

artigo 7º, passando os demais estabelecimentos bancários, findo esse prazo, à condição de agentes recebedores e pagadores do FGTS.

(...)

Art. 7º - O artigo 13 e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

Art. 13º - Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização de juros de 3% ao ano, visando beneficiar os detentores das contas vinculadas, através de programas sociais financiados com recursos do Fundo. (...)

Art. 16º - No prazo de até 90 dias após a publicação desta Lei, o Agente Operador do FGTS colocará à disposição do Conselho Curador do FGTS cadastro único do universo das contas ativas e inativas do FGTS, discriminado pelo nome do titular de cada uma das contas.

Art. 17º - O Ministério do Trabalho e da Previdência Social, em até 90 dias a partir da publicação desta Lei, providenciará junto ao Agente Operador do FGTS, a adequação dos formulários utilizados para recolhimento das contribuições à Previdência Social e ao FGTS, visando unificar num mesmo documento os recolhimentos em referência. (...).

# Corrupção Alcoolizada

Nunca se roubou tanto quanto no governo Collor. Um exemplo disso é o chamado "escândalo dos usineiros, que vem merecendo atenção especial da Secretaria Agrária Nacional do PT e da nossa bancada federal-principalmente do núcleo agrário. Foi através de uma iniciativa da bancada petista- um requerimento à Procuradoria Geral da República- que foi aberto o inquérito que apura a rolagem da dívida dos usineiros.

As últimas contas do governo indicam uma dívida de Cr\$ 517 bilhões, dos quais Cr\$ 333 bilhões são devidos ao Banco do Brasil, Cr\$ 130 bilhões ao Tesouro Nacional e os restantes Cr\$ 54 bilhões à Receita Federal.

Essas dívidas estão vencidas e não estão sendo pagas. Pelo contrário: os usineiros estão recebendo mais dinheiro do governo. Evidentemente, nem todos os usineiros são devedores.

## Comissão suspeita

Existem cerca de 400 usinas no Brasil, que produzem em torno de 10,8 milhões de toneladas de açúcar. O Estado detinha o monopólio da exportação do açúcar, extinto em junho de 1989. O IAA- Instituto do Açúcar e do Alcool- também está em processo de extinção. Em junho de 1990, por meio do decreto 99.288, o governo transferiu a gestão do setor sucroalcooleiro do Ministério da Economia para a Presidência da República, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional- SDR, que tem como responsável Egberto Batista.

O governo nomeou uma comissão para elaborar uma proposta de renegociação das dívidas dos usineiros. Esta comissão é presidida por Pedro Robério Nogueira- gerente do setor sucroalcooleiro da SDR, que era executivo de usinas em Alagoas. Outro nome importante é o de Cláudio Dantas, diretor de crédito geral do Banco do Brasil, que é de Sergipe e foi coordenador da campanha de Collor no estado. Essa comissão

elaborou um plano que prevê a rolagem das dívidas até 15 anos, com juros de 12 por cento ao ano. No caso da Receita Federal, a rolagem seria autorizada em até 100 meses, o que é ilegal, pois existe uma portaria número 447/90 que estabelece o prazo máximo de 60 meses para renegociação de dívidas.

O plano prevê também que, além de rolar as dívidas, o governo pagaria aos usineiros cerca de Cr\$ 60 bilhões de cruzeiros em subsídios atrasados.

## Prêmio aos devedores

Recentemente, o governo liberou Cr\$ 20 bilhões para o plantio da próxima safra de cana de açúcar- sabe-se que todo usineiro é também plantador de cana. No último dia 17 de junho, o Banco do Brasil autorizou o pagamento de Cr\$ 26 bilhões (cerca de US\$ 86 milhões) como avalista de uma dívida externa contraída pelas usinas de Alagoas em 1984. O Dinheiro saiu dos cofres do BB. É importante lembrar que os banqueiros internacionais haviam feito uma proposta de desconto de cerca de 60 por cento dessa dívida em outubro de 1990, o que não foi aceito pelo Banco do Brasil.

Os deputados do PT e o senador Eduardo Suplicy entraram com vários requerimentos de informações sobre a dívida dos usineiros, todos vagamente respondidos. O deputado Luís Gushiken já tinha entrado com requerimento à Procuradoria Geral da República para a abertura de processo contra o presidente da República. A Secretaria Agrária Nacional, em conjunto com o Núcleo Agrário da nossa bancada federal (Adão Pretto, Pedro Tonelli, Valdir Ganzer, Luci Choinaski e Alcides Modesto), entrou com uma representação junto à Procuradoria requerendo a abertura de um inquérito civil para apurar as irregularidades nas negociações das dívidas dos usineiros.

No último dia 20 de agosto, a Procuradoria Geral da República

abriu inquérito para apurar a rolagem da dívida dos usineiros.

## Fim dos privilégios

O PT não nega a importância do setor sucroalcooleiro para a economia brasileira. Nele trabalham milhares de lavradores- em péssimas condições, 80 por cento deles sem carteira assinada. É comum o não cumprimento dos dissídios e acordos feitos com os trabalhadores da cana.

Mas o PT pergunta: em que pode ajudar o desenvolvimento do setor- e do país- esse comportamento do governo Collor que, ao premiar devedores contumazes, privilegia usineiros com dinheiro público? Além de caracterizar corrupção, esta política só estimula a prática da sonegação e perpetuação da ineficiência. Fica evidente que o tratamento está sendo o de dispor de recursos públicos para atender pressões muito fortes, comprovando o envolvimento do presidente Collor em mais este escândalo.

Os pequenos agricultores pagam TR mais 9 por cento nos financiamentos agrícolas. Além de, historicamente, perderem seus bens para os bancos. É esta a modernidade do mercado que o governo Collor quer implantar definitivamente no Brasil?

A Secretaria Agrária Nacional, junto com a bancada federal do PT, estará acompanhando passo a passo o desenrolar do inquérito civil sobre a dívida dos usineiros para cobrar as responsabilidades do Estado e das autoridades.

Quando um pequeno proprietário faz um empréstimo no banco e, por algum motivo, não consegue saldar seus compromissos, a regra é simples: ele perde a terra. Quando os usineiros não pagam seus compromissos, são premiados com Cr\$ 85 milhões. Em outras palavras: para os usineiros, o Código Civil. Para os pequenos agricultores, o Código Penal. Ou, como já disse Lula: "Para os grandes, tudo. Para os pequenos, as leis do mercado".

O PT conclama:

## Solidariedade aos colonos presos

Otávio Amaral, José Gowalski, Augusto Moreira e Idone Bento estão presos há um ano, sem julgamento. Colonos sem-terra do Rio Grande do Sul, eles são acusados da morte do soldado Valdeci Lopes, da Brigada Militar do estado, ocorrida durante a repressão policial à manifestação de 600 colonos que ocuparam a Praça da Matriz, em Porto Alegre, reivindicando terra para viver e trabalhar.

As provas contra os quatro colonos são inconsistentes e nada convincentes: baseiam-se nos depoimentos contraditórios de sete testemunhas. Na hora do crime, entretanto, Otávio Amaral estava hospitalizado e José Gowalski estava preso. Uma ampla mobilização em solidariedade aos companheiros será fundamental para garantir um julgamento justo dos colonos. Vamos todos pressionar para que seja feita justiça.

Participe da campanha de solidariedade aos presos políticos do Brasil Novo enviando telegrama, telex ou carta para: governador do estado, **Alceu Colares**; presidente da Assembleia Legislativa, deputado **César Schirmer**; presidente do Tribunal de Justiça, desembargador **Nelson Luiz Puperi**, todos no endereço: **Praça da Matriz s/n, CEP 90010, Porto Alegre, RS**, e para o secretário de Justiça, **Geraldo Gama**, Centro Administrativo, Rua Borges de Medeiros 1501, e para a juíza da 1ª Vara do Juri, Foro Central, **Elaine Harzein Macedo**, Rua Celeste Gobbato, 3º andar, nº 90060, Porto Alegre, RS

Escreva também para os presos em nome de **Otávio, Gowalski, Idone e Moreira**, Presídio Central, Rua Rócio s/n, Vila Lisboa, CEP 91.500, Porto Alegre, RS.

# Petistas ameaçados de morte no Pará

Atentados, intimidações e muita intranquilidade. É esse o clima vivido pelas lideranças ligadas à questão da terra no Pará. Após a posse do governador Jáder Barbalho, em março deste ano, a situação se agravou. O alvo principal são os petistas: o deputado federal Valdir Ganzer escapou por pouco de um atentado no município de Ourém, José Soares Brito, presidente do PT no município de Rondon do Pará, e Barreiro, presidente do PT de Moju, tiveram suas casas incendiadas. Os deputados estaduais Zé Carlos e Edimilson Rodrigues foram ameaçados de morte no Plenário da Assembléia Legislativa.

A Executiva Estadual do PT do Pará compôs uma comissão para responder às ameaças. É fundamental denunciar amplamente a violência, em todo o país, como forma de garantir a vida dos companheiros.

Jáder Barbalho, em sua campanha para o governo do estado, foi amplamente apoiado pelo latifúndio. Após a sua posse, o PT foi posto sob a mira dos aliados do governador. Os demais partidos de esquerda no Pará ou estão com Jáder ou com Hélio Gueiros. O PCB, O PC do B, o PDT e o PSDB, em maior ou menor grau de adesão, estão com Jáder. O PSB está com Hélio Gueiros. Como Gueiros perdeu grande parte de sua base de sustentação - que foi simplesmente comprada por Jáder, o único partido que faz oposição é o PT. Por isso, é a principal vítima das perseguições.

## Ameaçados

Nas últimas eleições, o PT cresceu muito no Pará. Elegemos dois deputados federais - Valdir Ganzer e Paulo Rocha - e seis estaduais - Zé Carlos, Aída Maria, Edimilson Rodrigues, Babá, Miriguinho Batista e Geraldo Pastana. No campo institucional ocupamos o vácuo deixado pelos outros setores, sejam de esquerda, centro ou direita.

A lista dos ameaçados é grande. Além dos já citados, estão sob a mira do latifúndio os companheiros **Orivaldo** - vereador de Prainha, ameaçado pelo deputado José Alfredo Hage, do PMDB; **Formiga** - presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cachoeira do Arari; **Ivan Sadek** - vereador de Santarém, que hoje recebe proteção da Polícia Federal; **Raimundo**



Foto: Antônio Carlos Moura

**Marques** - ex-deputado estadual e membro da Executiva Regional do PT, que está na lista dos ameaçados do Sul do Pará, juntamente com o Padre Ricardo Rezende e outros sindicalistas; **Babá** - deputado estadual, espancado pela PM, em Capanema, por conta de sua participação no apoio à greve dos trabalhadores de fábrica de cimento; **Eduardo Prates** - presidente do STR de Rondon do Pará.

Buscando dar respostas à violência, a Executiva Regional do PT, em 23 de julho deste ano, reunida com um coletivo de outros companheiros do partido, decidiu realizar reuniões com todos os setores do partido no sentido de socializar essas avaliações e buscar construir uma unidade partidária para esse enfrentamento. É importante sensibilizar o conjunto do partido para a necessidade de priorizar o fortalecimento do PT em suas diversas instâncias.

## Respostas

Será realizado um seminário estadual - marcado, a princípio, para setembro, iniciando a discussão sobre as políticas do PT para o estado, tanto para articular melhor a oposição ao governo Jáder, mas também para sistematizar propostas programáticas alternativas para o estado, além de se aprofundar a discussão sobre o enfrentamento à violência que vem sendo patrocinada contra o PT. Neste seminário se realizará a discussão

sobre a política agrária e agrícola para o estado.

Foi criada, também uma comissão para dar respostas mais imediatas às ameaças, constituída pelos companheiros Paulo Rocha - deputado federal, Cláudio Bordalo - secretário geral, Geraldo Magela - militante, um deputado estadual, a ser indicado pela bancada e pelo advogado da assessoria da liderança, companheiro Roberto.

Essa comissão já está trabalhando e, reunida no dia 24 de julho, decidiu marcar uma audiência com o governador do estado para o dia cinco de agosto para tratar das ameaças. A essa audiência estarão presentes os deputados federais e estaduais, além da representação da Executiva e dos ameaçados. Além disso, deve-se buscar garantir a presença de uma expressão nacional do partido.

Da mesma forma, a bancada federal do PT buscará uma audiência com o ministro da Justiça.

Será feita uma ampla campanha nacional e internacional de denúncia sobre as ameaças contra o PT do Pará. Serão produzidos dois materiais: um dossiê e um folder sobre os acontecimentos, que serão encaminhados às instâncias partidárias e entidades nacionais e internacionais.

## Cresce a violência oficial

As torturas e prisões ilegais contra posseiros já se tornaram

comuns no Pará. No município de Parauebas, sete sem-terras que ocupavam parte da Fazenda Estrela permaneciam presos - sem mandado - desde o dia 22 de agosto. Eles foram detidos a mando do pretenso proprietário da terra, Valdemar "Valdé", por 13 policiais civis, que os espancaram e torturaram, além de queimar suas casas e seus pertences. Os lavradores, feridos em consequência das torturas, não tiveram direito a atendimento médico.

Já em Tucumã, também no Pará, a ação de policiais contra posseiros resultou em casas incendiadas, um ferido a bala e cinco trabalhadores presos ilegalmente. No dia 29 de agosto, cerca de 30 pistoleiros e dez soldados da Polícia Militar do estado atacaram um acampamento de posseiros na Fazenda Alvorada, na divisa com o município de São Félix do Xingu. Os lavradores ocupam a área - reivindicada pelo fazendeiro conhecido como Accioly - há cerca de três anos.

Segundo o relato do padre Danilo, de Tucumã, foi Accioly, acompanhado de seu filho "Acciolinho", quem comandou o grupo de policiais e pistoleiros no ataque à fazenda, na madrugada do dia 29. O fazendeiro e seu filho agrediram, ainda, o Padre Danilo, no hospital de São Félix do Xingu, quando este visitava os posseiros feridos no conflito.

## Dado novo

O estado do Pará é recordista nacional em assassinatos de trabalhadores rurais. O dado novo, após a posse de Jáder Barbalho, é que os autores das violências já não são misteriosos pistoleiros, mas a própria polícia, "Militar, Civil ou Federal", como denuncia o Diretório Regional do PT no estado.

Contra os militantes da luta pela terra vale tudo: no dia 22 de agosto, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha, Manoel da Costa Ferreira, foi preso, acusado de "estupro" contra duas mulheres. O "estupro" jamais aconteceu, como afirmam as pretensas vítimas. Manoel, assim como o vereador Orivaldo Oliveira Ferreira (PT), José Moita e Francisco Siqueira (ambos do PMDB), está na lista de "jurados de morte" pelo deputado José Alfredo Hage (PMDB), casado com a prefeita de Prainha e "comandante" da polícia local.

# URSS: o golpe e seus desdobramentos

Passaram - se duas semanas e estamos, ainda perplexos, acompanhando um processo cujos desdobramentos se multiplicam numa velocidade que torna difícil a sua compreensão.

Para tentarmos uma explicação dos fatos deveremos atender à multiplicidade de fatores que se combinaram para permitir que o Vice-Presidente da União, juntamente com setores do PCUS, do Exército e da KGB dessem o golpe. E, logo em seguida, analisar as causas do seu fracasso.

Em primeiro lugar, devemos assinalar que a causa imediata, segundo os analistas mais confiáveis, foi a iminência da assinatura do Tratado da União, que Gorbachev poria em vigência assim que voltasse das suas férias na terça-feira, 20 de agosto. Este Tratado outorgava grande autonomia às Repúblicas, transformando a União Soviética numa união de estados soberanos. Era o fim do poder das instituições centrais, que sob hegemonia do PCUS, dirigiram o país desde a Revolução de 1917. Aos olhos dos "duros", este Tratado significaria o esfacelamento definitivo da União, visto que a natureza voluntária do mesmo implicava o direito das repúblicas de se separarem da URSS. Ademais, dava um golpe mortal no poder do Soviete Supremo, da burocracia central e de instituições como a KGB.

Se o Tratado foi o fator detonador da crise, o golpe não poderia ter acontecido sem um cenário favorável que fortaleceria os setores mais críticos do processo desencadeado em 1985.

## Lula em Cuba e Nicarágua

Lula e o secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, estiveram representando o partido no Congresso da Frente Sandinista, na Nicarágua, entre os dias 19 e 21 de junho. Em seguida, os companheiros viajaram para Cuba, para as comemorações do 26 de julho.

Na próxima edição do **Boletim Nacional** publicaremos um relato detalhado desta viagem.



A crise econômica que castiga o povo soviético, especialmente em consequência do desabastecimento de produtos essenciais e a quebra desordenada dos mecanismos reguladores da produção e do mercado, transformaram o perfil do país numa pálida sombra do antigo poderio.

A crise financeira do Estado, o crescente déficit orçamentário, a queda do PIB e o fantasma da inflação marcaram o passo da "terceiro-mundização" da 2ª Potência Mundial.

A figura patética de Gorbachov, passando o pires na Reunião dos G-7 refletia quão agudamente necessitada de socorro ocidental estava a Perestroika para a sua sobrevivência. Como sempre, as ações dos Grandes do Mundo foram pautadas mais pela retórica do que por fatos concretos, até porque estes não controlam os fluxos de um capital, cada vez mais transnacional.

A crise militar teve origem na perda da posição dominante da URSS no concerto mundial; perda selada com o fim do Pacto de Varsóvia, menina dos olhos do complexo militar-industrial soviético. A seguir vieram a guerra do Golfo e o alinhamento com as potências agressoras do Ocidente, somando-se às audaciosas iniciativas gorbachovianas para um desarmamento real que catapultaram a guerra fria num passado distante. A redução do orçamento e a reconversão da indústria bélica vieram como consequências.

Os fatos mostraram, porém, que a corporação militar não estava coesa; a recusa dos oficiais em reprimir o povo nas ruas impedindo a queda de Ieltsin são indícios mais que suficientes da dissensão existente no estamento militar soviético.

Por último, a crise político-ideológica no seio do PCUS marcada

pela perda milionária de filiados (4,2 milhões no último ano), a quebra financeira, e o abandono da ortodoxia marxista-leninista, gerou resistências profeticamente denunciadas por Yakovlev, que abandonara o partido às vésperas do golpe.

Este quadro de crise econômica, militar e política animou nos "duros" das diversas instituições a esperança de que o povo não reagiria, e trocava a liberdade pelas promessas de pão e segurança.

Mas o povo nas ruas, desafiando a junta golpista fazia caso omisso da série de decretos que tentavam por um ponto final às conquistas democráticas. Nem o toque de recolher tirou a multidão da sua vigília.

A resistência civil foi vitoriosa. Gorbachev reassumia o poder, enquanto Boris Ieltsin ganhava "nova estatura" segundo declarações de um satisfeito Bush, que via, no desfecho, a confirmação de suas aspirações: uma nova ordem mundial sob hegemonia Norte-americana.

O Presidente da República da Rússia, líder da resistência, é visto com grande simpatia nos EUA pela sua determinação em aplicar as receitas ocidentais no plano econômico. Suas atitudes, porém, demonstram que suas convicções "democráticas" estão perigosamente contaminadas. O estilo populista e declarações que resuscitam o velho nacionalismo expansionista da "mãe Rússia", indicaram o que veio a confirmar-se nestes dias: as pretensões de Ieltsin de concentrar o arsenal nuclear soviético na Rússia, o fechamento do Pravda, insinuações contestando os limites com as outras repúblicas, as exigências que acabaram colocando seus quadros no comando da economia soviética...

As notícias se sucedem: o Soviete Supremo se dissolve, chama a reunião do Congresso dos deputados do Povo,

suspende temporariamente as atividades do PCUS... Reorganiza-se a KGB, o Ministério do Interior e o Departamento de defesa sob novos conceitos de segurança nacional...

As repúblicas da Rússia e da Ucrânia formam aliança econômico-militar. Mas, será irreversível o processo de desintegração da União ou haverá novas negociações para formular um outro Tratado?

Depois de tantos fatos, informações e indagações, só nos resta torcer para que esse povo, que tão corajosamente se expressou nas ruas, possa encontrar o caminho alternativo ao do socialismo burocrático longe do liberalismo que coloca o mercado como o novo redentor das sociedades. Um desafio comum a todos os povos oprimidos; inclusive ao nosso.

*Nani Stuart - Assessora  
Secretaria de Relações  
Internacionais*

## CEDAL discute reforma do Estado

O processo de reforma do Estado que ocorre no continente, sob a onda neoliberal, foi o principal ponto em discussão no encontro promovido pelo Centro de Estudos Democráticos da América Latina - CEDAL, entre os dias dois e sete de julho, na Costa Rica. Representantes de partidos políticos e governos da América do Sul e Central tinham como objetivo a troca de experiências e reflexões que permita o amadurecimento de alternativas para uma resistência progressista a esse processo.

"Durante os dias do seminário, ficou claro aos participantes que o processo de destruição do Estado na América Latina parte de uma mesma matriz, orientado pelo FMI e Banco Mundial", diz o deputado federal Jacques Wagner (BA), que representou o PT no encontro do CEDAL. Entre os presentes ficou acertada a permanente troca de documentos e experiências, como forma de aprofundar o debate e afunilar ações em todo o continente na luta contra a ofensiva neoliberal.